

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Caio César Fonseca Martins

Industrialização no Alto Paraopeba: A criação e instalação da
Açominas na cidade de Ouro Branco-MG

Juiz de Fora
2023

Caio César Fonseca Martins

Industrialização no Alto Paraopeba: A criação e instalação da
Açominas na cidade de Ouro Branco-MG

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella

Juiz de Fora
2023

Fonseca Martins, Caio César.

Industrialização no Alto Paraopeba : A criação e instalação da Açominas na cidade de Ouro Branco-MG / Caio César Fonseca Martins. -- 2023.

93 p.

Orientador: Wagner Barbosa Batella

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Ouro Branco. 2. Alto Paraopeba. 3. industrialização. 4. Açominas. I. Barbosa Batella, Wagner , orient. II. Título.

Caio César Fonseca Martins

Industrialização no Alto Paraopeba: A criação e instalação da
Açominas na cidade de Ouro Branco-MG

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Aprovada em 27 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Wagner Barbosa Batella
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Reinaldo Onofre dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Hélio Carlos Miranda de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Cristina, professora de Geografia, que me incentivou neste processo de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a instituição de fomento CAPES, por financiar esta pesquisa, ao meu orientador Professor Dr. Wagner Batella por ter contribuído nos meus estudos sobre o tema e aos meus familiares que me apoiaram nesta caminhada e, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento do projeto - Regiões de Mineração em Minas Gerais: Urbanização, Cidades e Dinâmicas Territoriais, coordenado pelo Professor Doutor Wagner Barbosa Batella. Processo: APQ02022/18.

Nos últimos anos as universidades e a pesquisa científica sofreram com os constantes cortes de verbas e atrelado a crise econômica que se instalou no Brasil. Realizar uma dissertação de mestrado tem sido uma tarefa difícil para a maioria dos pesquisadores. Portanto, finalizar essa pesquisa é de alguma forma, um ato de resistência.

Gostaria de agradecer ao Professor Dr. Wagner Batella que, desde a graduação possui uma importância na minha trajetória. Fui bolsista em um projeto de iniciação científica sobre cidades médias, o que me abriu os horizontes para a pesquisa sobre o urbano.

Também quero agradecer a minha mãe, Maria Cristina, professora de Geografia, pelo incentivo. As primeiras aulas que assisti na graduação em Geografia foram quando ela era estudante, cerca de 15 anos atrás. Na época eu era adolescente e devido ao meu pai trabalhar em regime de escala, ela me levou para a faculdade consigo. Ali presenciei aulas de Cartografia, Biogeografia e Geologia. A minha mãe prosseguiu na carreira de professora e me ajudou muito nessa carreira em que sigo atualmente.

Também gostaria de mencionar a minha avó Edna que, em vida, foi uma pessoa que sempre me incentivou a estudar, abrindo as portas da sua casa para que eu residisse com ela durante a graduação na cidade de Juiz de Fora. Terminar mais um ciclo seria para ela algo de imenso significado.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFJF) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que colaboraram para essa formação acadêmica.

RESUMO

Na segunda metade do século XX ocorreu no Brasil um processo de industrialização, levando à um rápido crescimento das cidades. Minas Gerais, um estado que historicamente teve a mineração como atividade econômica principal, passa a ser dotada de empreendimentos industriais. Durante a década de 1970, foi instalada na região do Alto Paraopeba, a usina siderúrgica Açominas. Esse empreendimento contou com suntuosos investimentos estatais que contemplaram a construção de bairros para, inicialmente, abrigar a mão de obra da usina a longo prazo uma população de 180 mil habitantes. Para isso foi confeccionado, pela Fundação João Pinheiro, o Plano de Desenvolvimento Urbano-PDU, que dividiu o município em quatro áreas funcionais: área de função industrial, agrícola, urbana e de preservação ambiental. Os bairros, moradias, e demais equipamentos urbanos foram construídos e no final da década de 1980 a Açominas foi inaugurada e os novos bairros ocupados. As moradias foram designadas aos empregados da usina seguindo o critério renda. Além disso, o PDU não conseguiu integrar o centro antigo da cidade à nova área. Assim este trabalho discute a produção do espaço urbano a partir da instalação da Açominas em Ouro Branco e quais as relações entre a atividade siderúrgica e a região do Alto Paraopeba. A metodologia utilizada consiste na análise de documentos como o “Planejamento e Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba”, trabalhos publicados sobre a temática, além de trazer para a discussão autores que trabalham sobre a indústria e o urbano. Embora a Açominas tenha sido implantada em um contexto de expansão da siderurgia, na década de 1990 essa atividade entra em crise, somado a um novo paradigma econômico, a acumulação flexível. Todas essas reestruturações fizeram com que Ouro Branco não crescesse como o esperado. Na segunda metade da década de 2000 a atividade siderúrgica volta a assumir um protagonismo na economia, fazendo com que Ouro Branco e municípios do Alto Paraopeba inaugurassem o Consórcio para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba, em uma tentativa de integração regional. Portanto essa pesquisa possui um caráter acadêmico, que contribui no estudo da industrialização, da produção do espaço urbano e; social, pois, a partir de sua divulgação, os dados e informações obtidos podem ser úteis para a promoção de políticas públicas e possíveis usos em âmbito regional.

Palavras-chave: Ouro Branco; Alto Paraopeba; industrialização; Açominas.

ABSTRACT

In the second half of the 20th century, a process of industrialization took place in Brazil, leading to rapid growth of cities. Minas Gerais, a state that historically had mining as its main economic activity, now has industrial enterprises. During the 1970s, the Açominas steel plant was installed in the Alto Paraopeba region. This project included sumptuous state investments that included the construction of neighborhoods to initially house the plant's workforce in the long term for a population of 180 thousand inhabitants. For this purpose, the João Pinheiro Foundation created the Urban Development Plan-PDU, which divided the municipality into four functional areas: industrial, agricultural, urban and environmental preservation areas. The neighborhoods, houses, and other urban facilities were built and at the end of the 1980s Açominas was inaugurated and the new neighborhoods were occupied. The housing was assigned to the plant's employees based on income criteria. Furthermore, the PDU was unable to integrate the old city center into the new area. Therefore, this work discusses the production of urban space following the installation of Açominas in Ouro Branco and the relationships between the steel industry and the Alto Paraopeba region. The methodology used consists of the analysis of documents such as "Planning and Regional Development of Alto Paraopeba", published works on the subject, in addition to bringing to the discussion authors who work on industry and urban areas. Although Açominas was implemented in a context of steel industry expansion, in the 1990s this activity entered into crisis, coupled with a new economic paradigm, flexible accumulation. All these restructurings meant that Ouro Branco did not grow as expected. In the second half of the 2000s, steel activity once again assumed a leading role in the economy, causing Ouro Branco and municipalities in Alto Paraopeba to inaugurate the Consortium for the Development of Alto Paraopeba, in an attempt at regional integration. Therefore, this research has an academic character, which contributes to the study of industrialization, the production of urban space and; social, since, upon its dissemination, the data and information obtained can be useful for promoting public policies and possible uses at a regional level.

Keywords: Ouro Branco, Alto Paraopeba, industrialization, Açominas.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 01 - Mapa dos municípios pertencentes ao CODAP | 17 |
| Figura 02 - Terreno pertencente a Açominas, posteriormente privatizada para o Grupo Gerdau. | 29 |
| Figura 03 - Construção dos bairros | 31 |
| Figura 04 - Mapa de Localização de Ouro Branco- MG | 37 |
| Figura 05 - Subsetores da Área de Função Urbana conforme o PDU determinou, em 1978. | 41 |
| Figura 06 - As Áreas Funcionais em Ouro Branco | 43 |
| Figura 07- Crescimento da cidade conforme os subsetores do PDU..... | 45 |
| Figura 08 - Centro Antigo de Ouro Branco | 46 |
| Figura 09 - Setor 8 - Bairros 1º de Maio e Metalúrgicos..... | 47 |
| Figura 10 - Setor 17 - Bairro Inconfidentes | 48 |
| Figura 11 - Setor 10 - Bairro Pioneiros..... | 48 |
| Figura 12 - Moradias precárias no bairro São Francisco..... | 50 |
| Figura 13 - Bairro Luzia Augusta, do setor 1 | 50 |
| Figura 14 - Mapa de Ouro Branco Conforme a Renda..... | 51 |
| Figura 15 - Setores 5 e 6 - Áreas de Expansão Urbana..... | 52 |
| Figura 16 - Municípios que Compõem o Alto Paraopeba | 58 |
| Figura 17 - Empregos por setor (2008) | 62 |
| Figura 18 - Empregos por setor (2018) | 63 |
| Figura 19 - Viagens Semanais Partindo de Conselheiro Lafaiete-MG | 64 |
| Figura 20 - PIB por Setores (2008) | 66 |
| Figura 21 - PIB por setores (2018)..... | 68 |
| Figura 22 - Municípios pertencentes ao CODAP em sua formação | 74 |
| Figura 23 - Campus avançado da UFSJ em Ouro Branco-MG | 84 |
| Figura 24 - Curral Regional do CODAP em Ouro Branco-MG | 86 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 01 - Investimentos no Alto Paraopeba | 75 |
| Tabela 02 - Etapas e Produtos para do Plano de Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba..... | 78 |
| Tabela 03 - Investimentos no Alto Paraopeba | 80 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 OBJETIVO GERAL | 18 |
| 2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 18 |
| 3 JUSTIFICATIVA | 19 |
| 4 METODOLOGIA | 20 |
| 5 A CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DA AÇOMINAS EM OURO BRANCO-MG | 22 |
| 5.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS CIDADES-EMPRESA. | 22 |
| 5.2 A INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS..... | 35 |
| 6 O ESPAÇO INTRAURBANO DE OURO BRANCO | 39 |
| 6.1 OURO BRANCO. DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – PDU: 1978 AOS DIAS ATUAIS | 39 |
| 6.2 A PRIVATIZAÇÃO DA AÇOMINAS | 53 |
| 7 AS RELAÇÕES ENTRE O SETOR INDUSTRIAL E A REGIÃO DO ALTO PARAOPEBA | 57 |
| 7.1 BREVE HISTÓRICO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS NO BRASIL | 69 |
| 7.2 A CRIAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA - CODAP | 72 |
| 7.3 O PROJETO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA | 75 |
| 7.4 INFRAESTRUTURA, PRODUTOS E SERVIÇOS NO ALTO PARAOPEBA A PARTIR DA FORMAÇÃO DO CODAP..... | 80 |
| 7.4.1 DIAGNÓSTICO RURAL GEORREFERENCIADO..... | 80 |
| 7.4.2 AGENDA 21..... | 81 |
| 7.4.3 FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA..... | 81 |
| 7.4.4 PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 82 |
| 7.4.5 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS (PMAT)..... | 82 |
| 7.4.6 CENTRO REGIONAL DE REFERÊNCIA AGROPECUÁRIA | 82 |
| 7.4.7 DEFESA CIVIL DO ALTO PARAOPEBA..... | 82 |
| 7.4.8 CONSÓRCIO PÚBLICO DO TRATAMENTO DE RESÍDUOS – ECOTRES | 83 |
| 7.4.9 CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DE REI - UFSJ | 83 |

| | |
|--|-----------|
| 7.5 O CODAP NA VISÃO DA PREFEITURA DE OURO BRANCO – MG | 85 |
| 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 88 |
| 9 REFERÊNCIAS | 90 |

1 INTRODUÇÃO

O projeto Açominas foi idealizado durante o Governo Arthur Bernardes, como primeiro plano siderúrgico nacional, que propunha a criação de três grandes siderúrgicas: uma no Vale do Rio Doce, outra na região central de Minas Gerais, no Alto Paraopeba, e a terceira em Santa Catarina, tendo em vista as reservas de minério e de carvão do País. Um decreto presidencial, datado de 09 de janeiro de 1924, autorizou a criação da siderúrgica no Alto Paraopeba. Somente a partir de 1975, a Açominas começou a se concretizar, com base em decisões conjuntas dos Governos Estadual e Federal (Açominas, 1985).

O empreendimento em questão está no contexto do plano de industrialização o qual previa uma interiorização da indústria na região central do estado de Minas Gerais. Foi implantada nos territórios dos municípios de Ouro Branco e Congonhas no fim da década de 1980, cuja parte residencial e funções urbanas ficaram em Ouro Branco e grande parte da planta industrial no território de Congonhas. A área está situada no quadrilátero ferrífero, próxima ao eixo da BR 040 e ferrovia Minas x Vitória. Na época da implantação, Ouro Branco possuía um baixo contingente populacional e a área em questão foi considerada uma localidade ideal para o empreendimento após um estudo feito pela Fundação João Pinheiro em parceria com o Estado (VIANNA, 2018).

Neste trabalho será abordado a produção do espaço em Ouro Branco a partir desse grande empreendimento, a Açominas. Sob um molde fordista, foi construída em Ouro Branco toda uma infraestrutura de bairros, praças, escolas, hospitais e demais equipamentos urbanos a fim de abrigar os funcionários da empresa, embora o município de Ouro Branco já possuísse um núcleo urbano.

O povoado de Ouro Branco surgiu durante o século XVIII, no período do ciclo do ouro, uma vez que servia de pouso para os viajantes que iam em direção ao Rio de Janeiro. Ele era distrito de Ouro Preto e tornou-se município em 12 de dezembro de 1953. No Censo realizado em 1950, o município possuía 4.266 habitantes, sendo que 3.042 moravam na zona rural. Nesse período a economia era agrária e extrativista (Vianna, 2018).

Ocorre que, com a construção da Açominas, Ouro Branco passa a ter dois núcleos urbanos: o centro antigo, dotado de um patrimônio histórico, com uma relação intrínseca com o meio rural e; um outro, construído através do Estado por meio da

Açominas. Este trabalho busca analisar a produção do espaço urbano em Ouro Branco pela Açominas, local que passa a possuir características de uma cidade-empresa (Piquet, 1997).

Uma cidade-empresa funciona como uma extensão da esfera da produção:

Como a empresa é proprietária das moradias e dos equipamentos coletivos, suas regras permeiam todas as atividades exercidas pelos habitantes. A segregação funcional, marginalização de determinados segmentos sociais e o isolamento vão determinar certos padrões comportamentais dessas comunidades. O domínio exercido pela empresa subordina os moradores à sua influência e ao seu controle. Essa presença se faz sentir em todos os momentos. O convívio prolongado com um mesmo grupo de pessoas, uma característica de comunidades fechadas, determina a emergência de mecanismos de controle social, que significam um verdadeiro policiamento dos comportamentos individuais. Assim, ações e comportamentos que nos grandes centros se diluem e passam despercebidos são, nas vilas de empresa, conhecidos de todos e assumem grande importância, dada a própria monotonia do cotidiano (Piquet, 1998, p.38).

Assim o modelo de implantação da Açominas seguiu os fundamentos racionalistas do planejamento urbano, classificando a cidade em áreas funcionais: área de função industrial, área de função urbana, área de função agrícola e área de função de preservação. A área agrícola serviria para abastecer com alimentos a cidade de Ouro Branco e o seu aspecto rural teria que ser mantido. A especulação imobiliária não poderia ser sentida nestes locais, uma vez que eram destinados exclusivamente à produção agrícola. A área de preservação ambiental teria como objetivo proteger o patrimônio ambiental, marcado principalmente pela Serra de Ouro Branco, a mata que se situa nas suas adjacências e os mananciais da cidade. Para que a ocupação da cidade de Ouro Branco ocorresse da forma desejada, a empresa estatal Açominas tornou-se proprietária de praticamente toda a área do município de Ouro Branco (Costa e Costa, 2013). Dessa forma, fica claro o peso que a Açominas teve na produção do espaço urbano, uma vez que ela se tornou dona dos terrenos e construiu os bairros e equipamentos urbanos.

Foi desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Urbano – PDU, pela Fundação João Pinheiro, encomendado pela Açominas com a finalidade de criar um espaço setorizado de acordo com as funções necessárias para abrigar os funcionários da usina. A cidade tinha uma população de 6.000 habitantes em 1978 e o PDU previa um crescimento que passaria para 180.000 habitantes em vinte anos, ou seja, estavam

criando uma cidade com uma infraestrutura de grande porte, sendo financiado pelo Banco Nacional de Habitação – BNH. O PDU foi confeccionado por uma equipe multidisciplinar, formada por sociólogos, geógrafos, advogados, engenheiros, arquitetos, médicos etc. no período da Ditadura Militar, marcado pelo autoritarismo e decisões autocráticas.

As diretrizes do PDU foram: garantia de moradia para todos os funcionários, localização dos bairros residenciais em áreas contíguas a núcleo preexistente, cobrança de aluguéis pelo valor de mercado; como elemento indutor à aquisição de casa própria, adoção de uma arquitetura variada para as casas construídas, o que gerou uma segregação posteriormente, uma vez que o padrão arquitetônico dos imóveis denota o padrão salarial de quem ocupa aquela área.

Além do aspecto intraurbano, o trabalho também contempla a dinâmica regional que envolve a atividade siderúrgica no Alto Paraopeba, com as relações dessa atividade e dos municípios situados nessa região.

A região do Alto Paraopeba abrange o alto curso de rio de mesmo nome, com uma área de cerca de 2 mil km². As nascentes se situam no município de Cristiano Ottoni a 1140m de altitude e a foz da bacia hidrográfica se dá no lago da represa em Três Marias-MG. A bacia do rio Paraopeba se divide em três segmentos, o Alto, Médio e Baixo curso, numa divisão que leva em consideração os aspectos hidrológicos e socioeconômicos, ambientais, culturais e políticos. A região possui um histórico marcado pela mineração aurífera, dada sua grande riqueza mineral. Após o ciclo do ouro, no final do século XVIII, foram feitos vários estudos geológicos a fim de buscar novos minerais, sendo que o minério de ferro é abundante na área (Mello et al., 2010).

Quando analisamos a dinâmica regional, o município de Ouro Branco é considerado um centro emergente (Amorim Filho, et al. 2007). Através da pesquisa liderada pelo professor Oswaldo Bueno Amorim Filho na década de 1980, foi feita uma hierarquização das cidades de Minas Gerais classificadas como cidades médias. Essa mesma pesquisa foi repetida na década de 1990 e de 2000, a fim de atualizar os dados. Essas cidades foram classificadas em: Grandes Centros Regionais; Cidades Médias e; Centros Urbanos Emergentes. A metodologia utilizou algumas variáveis quantitativas e trabalhos de campo para determinar o porte das cidades pesquisadas. As variáveis eram: crescimento da população urbana, migrações, distribuição setorial da população ativa, equipamentos e relações do setor industrial, infraestrutura de comunicação em geral e posição da cidade considerada na rede urbana regional. Isso

contribuiu para evitar uma mera classificação baseada no contingente populacional, ainda que este seja um atributo a ser observado.

Os Centros Urbanos Emergentes, no qual Ouro Branco está inserida, são locais que estão no limiar entre as cidades pequenas e as médias. Tem no máximo 50 mil habitantes e estão em fase de estruturação. Na pesquisa mais recente com foco na hierarquia das cidades médias mineiras, liderada por Amorim Filho, foram classificados nessa posição, 86 municípios.

Amorim Filho define os centros emergentes como:

locais com uma economia em fase de estruturação inicial, no qual os setores comercial, de serviços e industrial começam a apenas organizar-se, no sentido de poderem atender não somente as populações da própria cidade ou do próprio município. Possuem um setor industrial, mesmo embrionário, levam uma grande vantagem sobre os demais em termos de dinamismo [...] O que caracteriza os centros emergentes são suas ligações profundas e sua dependência em relação ao mundo rural que os envolve. Em termos de estruturação das redes urbanas regionais ou microrregionais, os centros emergentes desempenham papel muito importante. Quando já se dispõe de capitais regionais e/ ou de cidades médias, os centros emergentes aparecem como um nível urbano indispensável na ligação com cidades ainda menores ou com o próprio espaço rural; quando não se dispõe, ainda de capitais regionais ou de cidades médias numerosas, então, o papel dos centros emergentes é mais importante ainda, pois são eles que funcionam como cidades médias (1982, p. 44).

Embora Ouro Branco ter sido pensada para abrigar uma população de 180.000 habitantes, na década de 1990 ocorreu uma crise do aço no mundo, gerando uma diminuição tanto do valor como da demanda pelo produto. Outras ligas, como o alumínio, por exemplo, passaram a ser utilizadas, gerando essa decadência. Isso somado às privatizações que ocorreram em todo o país fizeram com que a Açominas fosse vendida ao capital privado na década de 1990. Com isso, a empresa, sob nova gestão, não seguiu os mesmos moldes fordistas da Estatal e assim passou a ficar restrita à produção na usina, tendo cada vez menos participação na produção do espaço urbano e regional. Isso fez com que Ouro Branco não crescesse conforme o esperado. No último censo realizado pelo IBGE em 2022, Ouro Branco registrou uma população de 38.724, com uma média salarial de 3,8 salários mínimos. A cidade possui um índice de IDH 0,764, 35% da população está empregada.

Outros dois municípios do Alto Paraopeba aparecem na pesquisa de Amorim

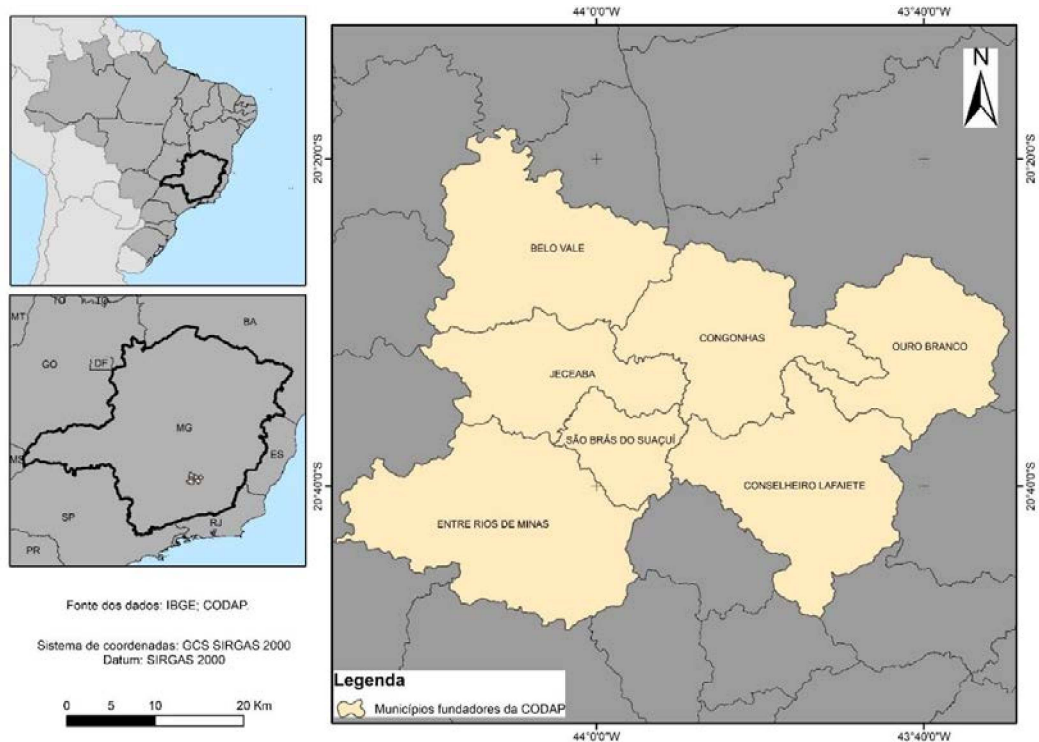
Filho. Conselheiro Lafaiete e Congonhas. A primeira foi caracterizada como cidade média e a segunda como centro urbano emergente. Em um capítulo mais adiante será discutido sobre os papéis regionais desses municípios e suas relações com a atividade industrial.

Ao analisarmos a dinâmica regional, temos alguns eventos importantes no qual a indústria teve um papel importante. Na segunda metade dos anos 2000, houve suntuosos investimentos no Alto Paraopeba, em um contexto de ascensão da indústria de base no país. Conforme aponta Vargas (2012, p. 127):

Num raio de apenas 20 km, os projetos das grandes empresas de mineração e da siderurgia configuram um dos maiores aportes privados do Brasil em andamento numa mesma região. A estimativa é que na fase de obras, os investimentos demandem um total de 40 mil a 65 mil trabalhadores na região. Os projetos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale, Gerdau-Açominas, Namisa, VSB e Ferrous, quando concluídos e em operação, irão resultar numa produção anual de 130 milhões de toneladas de minério de ferro e 12 milhões de toneladas de aço.

Esse contexto contribuiu para a formação do Consórcio para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP que consistiu em uma tentativa de integração regional. O Consórcio entra em vigor no ano de 2007 sendo formado pelos municípios Belo Vale, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre Rios de Minas, Jeceaba, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí. O mapa abaixo mostra a localização dos municípios fundadores do CODAP.

Figura 01 - Mapa dos municípios pertencentes ao CODAP



Fonte: elaborado pelo autor

Portanto esse é um momento em que forças tanto do capital, quando da administração pública reorganizam o território formado de maneira que atendessem às novas demandas e, mais adiante um capítulo abordará sobre o processo desse consórcio.

2 OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre a cidade, o urbano e a atividade siderúrgica em Ouro Branco-MG.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Analisar a participação da Açominas na produção do espaço urbano de Ouro Branco – MG.

- b) Compreender o papel do setor industrial na Região do Alto Paraopeba

- c) Discutir os principais aspectos que caracterizam uma Cidade Empresa.

3 JUSTIFICATIVA

A pesquisa sobre a criação e instalação da Açominas na região central mineira faz-se necessária uma vez que a instalação de uma indústria de grande porte, atrelada à construção de uma cidade-empresa, produziu uma ruptura no espaço.

O trabalho inicia abordando o período da industrialização brasileira e como o interior de Minas Gerais foi aos poucos sendo um local dotado de mineradoras e siderúrgicas. Nesse contexto a Açominas foi criada e para servir de aporte a empresa, foram criados vários bairros. A pesquisa analisa a produção do espaço urbano em Ouro Branco a partir da criação e instalação da Açominas, na qual Rosélia Piquet denominou como sendo uma cidade-empresa.

Com as mudanças econômicas no final de século XX, as características fordistas da economia cedem espaço ao novo paradigma, o neoliberalismo econômico. Isso provocou a privatização da Açominas causando um desemprego maciço e uma ruptura com o que vinha sendo produzido.

Com os avanços das telecomunicações, maiores velocidades de internet etc., os serviços mais avançados passaram a se concentrar em cidades médias e polos voltados a pesquisa e desenvolvimento. Assim os municípios do Alto Paraopeba se uniram e formaram um consórcio, na tentativa de uma integração regional. Um capítulo trata do Consórcio para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP, com o objetivo de entender como a atividade industrial se insere no contexto regional.

Desse modo essa pesquisa possui um caráter acadêmico, que contribui no estudo da industrialização, da estruturação urbana e; social, pois, a partir de sua divulgação, os dados e informações obtidos podem ser úteis para a promoção de políticas públicas, um efetivo planejamento urbano, entre outras possíveis utilizações em âmbito regional.

4 METODOLOGIA

Este trabalho analisa a produção do espaço em Ouro Branco-MG a partir da implementação da Açominas na região, bem como as relações da atividade industrial nos municípios do Alto Paraopeba.

A pesquisa possui uma discussão acerca dos temas espaço geográfico, urbanização, produção do espaço urbano, industrialização brasileira, escalas intraurbana e regional, os consórcios regionais e as cidades-empresa. A discussão foi realizada a partir dos autores Amorim Filho, Ana Fani Carlos, Maria Encarnação Spósito, Roberto Lobato Corrêa, Heloísa Costa, Roberto Luís de Monte-Mór, Rosélia Piquet, Milton Santos, Bruna Vianna e Guilherme Vargas. Foram utilizados outros trabalhos como referência além dos citados acima.

Trabalhos de outros autores são utilizados a fim de compreender mais acerca dos consórcios públicos e do processo de produção do espaço intraurbano e regional. Nesse ponto, a dissertação de Vianna (2018) possui uma série de informações sobre as relações entre a Açominas e Ouro Branco. Outro trabalho que servirá de base para uma análise sobre o CODAP e o Alto Paraopeba é a tese de Vargas (2012).

A pesquisa documental, segundo Gil (2008) proporciona ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente, a fim de contribuir para a investigação de um determinado fato ou fenômeno. Por isso, a pesquisa iniciará com um levantamento bibliográfico dos autores que discutem os temas acima. É necessária, a leitura de obras clássicas, e buscar as publicações mais recentes sobre o tema. “Por serem elaborados no período que se pretende estudar, são capazes de oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade” (Gil, 2008, p. 153).

Dois trabalhos de campo serão realizados. Nestes trabalhos serão tiradas fotografias dos setores construídos através do PDU e do centro antigo afim ajudar a discutir acerca dos principais aspectos que caracterizam uma cidade empresa.

Também será realizada uma análise do Projeto de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba, confeccionado a partir da iniciativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU, a fim de atender o objetivo específico que buscou compreender o papel de Ouro Branco no contexto do Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP. Também será realizada uma entrevista com a Prefeitura de Ouro Branco-MG, estruturada em pautas. Conforme aponta Gil (2008)

A entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo (Gil, 2008, p.112).

Assim, o entrevistado tem a oportunidade de ficar à vontade para dizer o que mais lhe chama atenção, não sendo uma entrevista muito rígida. Isso é de fundamental importância para a pesquisa, pois dados quantitativos também serão analisados.

Além disso será realizado um levantamento de dados, retirados pesquisa de Batista (2021), sobre o número de empregos no setor industrial e participação desse setor no PIB dos municípios de Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco, a fim de confeccionar projeções cartográficas.

5 A CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DA AÇOMINAS EM OURO BRANCO-MG

5.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS CIDADES-EMPRESA.

O espaço geográfico é produzido impregnado de materialidades, como campos de cultivo, bairros e indústrias, mas também dotados de significados diversos, muitas vezes associados à estética, status, etnicidade e sacralidade (Santos, 2006). As empresas industriais, como é o caso em questão neste trabalho, controlam glebas de terra para fins de produção, como mananciais de água, e áreas de mata nativa, para fins de planejamento da cidade. Também há empresas ligadas exclusivamente à promoção imobiliária, como incorporadoras, construtoras e ligadas a vendas.

Conforme Milton Santos (2006) afirma, o espaço geográfico é carregado de intencionalidades e as cidades tornam-se espaços segregados, que congregam várias classes sociais. Com a entrada da classe trabalhadora para o seio das cidades, no período da Revolução Industrial na Europa, houve uma enorme valorização da terra urbana. Até então, as cidades eram espaços da burguesia, da festa, do encontro, do comércio, mas quando a produção industrial passa a ocorrer nelas, introduz-se uma massa de trabalhadores do campo que, devido ao êxodo rural, vão parar nas cidades. Inicia-se uma busca por moradia que contribui para o espaço urbano ser motivo de uma enorme valorização econômica (Corrêa, 2011).

O desenvolvimento do modo capitalista de produção engendrou um sistema-mundo em que a realização da economia passou a ocorrer em escalas mais abrangentes, em função das grandes corporações, instituições nacionais e internacionais e da ação do Estado, alterando o modo no qual as interações espaciais se estabelecem. Assim, em relação às cidades, ocorre uma nova divisão social e territorial do trabalho (Spósito, 2011). Essa reestruturação causou a intensificação das relações entre cidades de diferentes redes urbanas

Nesse sentido, conforme Corrêa (2011) aponta, os produtores do espaço urbano são agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. Assim os principais atores que atuam de forma a produzir espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Bancos, companhias de seguros, empreiteiras, empresas ferroviárias, fábricas têxteis, firmas comerciais e de serviços, proprietários fundiários, grupos de previdência privada, grupos sociais excluídos, indivíduos com investimentos e ordens religiosas participam, alguns há muito tempo, em maior ou menor intensidade, do processo de produção do espaço. A ação desses agentes sociais está inserida no processo de produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade que se caracteriza por ser social e espacialmente diferenciada (Carlos et al., 2011, p. 46).

O Estado possui um papel fundamental na produção do espaço urbano, uma vez que ele constitui uma espécie de arena no qual os diferentes interesses e conflitos se enfrentam (Corrêa, 2011). É importante entendermos que o Estado não é uma entidade, mas é formado por indivíduos que, no caso brasileiro, são majoritariamente brancos, de classes sociais altas e vinculados à interesses de grandes empresas e do capital em geral. Negros, mulheres e pessoas ligadas à movimentos sociais são minoria, em termos de representatividade nos poderes legislativos e executivo, fazendo com que isso reflita nas políticas públicas atuantes no país.

O Estado é responsável por estabelecer o marco jurídico, como leis de produção e uso no espaço; taxar a propriedade fundiária, as edificações, uso da terra e atividades produtivas; produzir a infraestrutura como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, obras de diversos tipos como drenagens, aterros, construção de represas etc.; controlar o mercado fundiário, tornando-se proprietário de glebas de terras que poderão ser permutadas com outros agentes sociais; ser promotor imobiliário; ser produtor industrial.

Essa multiplicidade de papéis também se efetiva na escala da rede urbana. Tanto nessa escala como na do espaço intraurbano estabelecem relações com outros agentes sociais, como empresas industriais e de consultoria, bancos, empreiteiras, universidades e proprietários de terra. Dada a complexidade da ação do Estado, envolvendo múltiplos papéis, com pesos distintos no tempo e no espaço, torna-se necessário que novos estudos sejam realizados (Corrêa, 2011, p. 46).

Em Ouro Branco viu-se a apropriação das terras por parte do empreendimento Estatal Açominas que estava sendo criado e assim ocorreu a produção de um espaço planejado para servir de moradia e convívio dos funcionários da empresa. A forma que esse espaço foi construído dividiu a população por bairros estratificados conforme

a renda.

Estas são apropriações simbólicas ou de fato, de espaços públicos, no qual a cidade depende de um único setor ou empresa, que controla a maior parte dos empregos locais. Carlos e Alvarez (2018) analisam que a produção do espaço urbano se tornou um negócio, sendo uma frente do capital. A construção de bairros, condomínios, edifícios, shopping centers e demais empreendimentos fazem do espaço urbano, mercadorias e produzir espaço é um investimento, como Carlos e Alvares sinalizam:

Assim emerge uma nova visada sobre as dinâmicas urbanas da acumulação contemporânea. As cidades são percebidas como locais onde intercâmbios imateriais são facilitados. As cidades costumavam ser centros de produção material, agora a força motora passou a ser a produção e comunicação de ideias, conhecimento e informações. Desse modo, o ambiente urbano se apresenta como o lugar propício para o desenvolvimento dos negócios (Carlos e Alvarez, 2018, p. 28).

Outro aspecto importante é o peso que o setor industrial possui. Do início da industrialização brasileira até a década de 1980, a produção industrial tinha um peso muito grande na produção do espaço nas cidades. Muitas cidades cresceram em torno de indústrias, como Volta Redonda-RJ, Ipatinga-MG e Carajás-PA.

No caso de Ouro Branco viu-se estratégias e práticas espaciais criadas sob um único agente, o Estado, por meio da Açominas. A empresa tornou-se proprietária de terras a fim de parcelar o solo para criar uma estrutura capaz de abrigar sua força de trabalho, criando assim duas Ouro Brancos. Uma antiga, marcada pelo centro, com um patrimônio histórico, e outra parte planejada, sendo marcada por descontinuidades. Spósito (2011) assinala que com o avanço dos meios de transporte, os espaços urbanos têm sido marcados por essas descontinuidades. A ideia da cidade como uma unidade espacial sustenta uma maneira de analisar as relações voltadas para o centro e a periferia, historicamente adotada. Em Ouro Branco viu-se um ordenamento por parte da Açominas de forma a parcelar o solo urbano em bairros, unidos por avenidas largas de forma a privilegiar o automóvel, contrastando com o centro antigo da cidade. Ocorre assim uma forma de segregação, uma vez que alguns grupos sociais terão maior acesso à cidade que outros.

Spósito sinaliza para o fato de que esse processo de descontinuidades ocorre não só em metrópoles onde a cidade se expandiu e se aglomerou, mas em cidades

de menor porte também, uma vez que as condições de circulação assim possibilitam e, sobretudo, porque os interesses fundiários e imobiliários assim as promovem (Spósito, 2011, p. 136).

Nesse trabalho, uma das dimensões abordadas estuda a produção do espaço urbano e as suas relações com a indústria, é o espaço intraurbano. Essa expressão, de acordo com Villaça (1998) é importante pois urbano trata-se de um adjetivo. O espaço urbano pode se referir a estruturas regionais, nacionais e até mesmo planetários enquanto que intraurbano está dizendo respeito ao espaço dentro da cidade. Assim esse trabalho trata de um espaço intraurbano ao analisar a produção do espaço em Ouro Branco, produzido pela Açominas, e de uma estrutura regional (Villaça, 1998) ao abordar as relações entre indústria e os municípios do Alto Paraopeba.

O espaço regional é dominado pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral, eventualmente até da mercadoria força de trabalho. O espaço intraurbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto consumidor, reprodução da força de trabalho, deslocamento casa, compras, lazer, escola, etc. (Villaça, 1998, p. 20).

Durante o processo de industrialização, no século XX, as cidades cresceram e muitas delas passaram a abrigar maiores populações, infraestruturas, e um crescimento dos setores secundário e terciário, formando uma sociedade urbano-industrial. “Urbana, como expressão da institucionalização promovida pelo Estado, e das várias formas de organização da sociedade civil; industrial, como uma manifestação do estágio da própria acumulação capitalista” (Monte-Mór, 1994, p. 4). Assim vimos uma urbanização que vai além do espaço urbano em si:

[...] Ela penetra virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais, representa-se, assim, a forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico capitalista até – e cada vez mais- às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros. (Monte-Mór, 1994, p. 5).

A instalação da Açominas em Ouro Branco bem como a criação de um espaço planejado na cidade é uma prova do Estado como produtor de espaço, porém na figura

de uma empresa.

Enquanto que na Europa, a Revolução Industrial teve início no Século XVIII, na periferia do capitalismo houve um processo de industrialização tardia. Assim segue abaixo, um breve histórico desse processo.

Durante o período do Estado Novo foi realizado um amplo projeto de expansão da economia, com maciços investimentos em infraestrutura. Os principais setores contemplados com os investimentos estatais foram: (i) minério de ferro (criação da Companhia Vale do Rio Doce em 1942); (ii) Siderúrgico (criação da ACESITA, em Itabira em 1944, e da CSN em 1945); (iii) Energia Elétrica; (iv) Petrolífero; (v) Sistema de transportes; (vi) Autopeças; (vii) Químico; (viii) Financeiro e (ix) Tecnológico. Nas décadas de 1940 e 1950, houve no Brasil a implantação da grande siderurgia e da produção cimenteira em alta escala. Houve o desenvolvimento de vários setores industriais; mudanças tecnológicas e aumento da capacidade produtiva; concentração em favor das grandes empresas; divisão da produção entre os capitais privados e o capital estatal; criação de ferrovias; geração de empregos e um novo estilo de cidade empresa, que não está ligada à figura de um empresário, mas sim à grande empresa (Piquet, 1998).

Essas indústrias que foram criadas atraíram mão de obra, e foram criadas cidades em torno das fábricas para os operários morarem. Em alguns casos houve um planejamento urbano para esses locais, mas devido ao alto crescimento (demográfico, econômico, territorial) as cidades cresceram para além dos espaços planejados, tornando-se muito populosas e com problemas sociais. Monte-Mór (1994) assinala que durante esse período de substituição de importações produziu, para além das metrópoles, cidades em que as relações entre o rural e o urbano eram muito intrínsecas. “Grupos de parentesco e compadrio dominando as relações e controles sociais e economias domésticas de subsistência completando o orçamento familiar” (Monte-Mór, 1994, p. 7).

A partir do governo de Juscelino Kubitschek viu-se uma tentativa implantação de um fordismo periférico, conforme Monte-Mór (1994) assinala. Nesse momento a produção industrial e sobretudo os bens produzidos foram estendidos a todo território nacional. Independentemente do local ser uma cidade ou uma área rural, percebe-se um modo de viver que é fundamentalmente urbano.

Outra característica desse período foi a entrada maciça de capital

estrangeiro de maneira muito mais livre de controles por parte do Estado brasileiros e com as características próprias da industrialização fordista. Não se tratava mais da indústria de bens intermediários, de bens de capital [...] tratava-se agora de uma abertura para o capital estrangeiro centrado na indústria de bens de consumo duráveis. (Monte-Mór, 2007, p. 11).

Durante os governos militares, foram realizados grandes investimentos em infraestrutura, abrindo novas estradas, em uma opção do modal rodoviário, além de redes de telecomunicação e energia, gerando infraestruturas em locais isolados do país. Também concederam suporte a indústria, fazendo um “esforço de saneamento financeiro e de modernização organizacional do setor público produtivo” (Mello, 2010, p.116). A década de 1970 para os países do então Terceiro Mundo, foi caracterizada por investimentos de grande porte, realizados principalmente em produção mineral, celulose, petroquímicos, alumínio, transporte e comunicação (Piquet, 1998). Ou seja, havia uma preocupação em criar infraestruturas de produção exigidas pelo capital.

Assim, o processo de industrialização acabou por se concentrar em algumas cidades. Em um primeiro momento, nas grandes e posteriormente em áreas isoladas. Porém a urbanização foi um processo mais abrangente, abarcando uma escala muito mais ampla (Monte-Mór, 2007).

Feito esse breve histórico sobre o processo de industrialização e urbanização brasileira, faz-se necessário abordarmos sobre a cidade. No Brasil, as cidades são “definidas pelos perímetros urbanos das sedes municipais, e os territórios e populações considerados urbanizados incluem as vilas e sedes dos distritos municipais” Monte-Mór (2006, p. 6). Sob uma perspectiva histórica, podemos pensar a cidade como o

resultado do aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho em uma comunidade. Este aprofundamento resulta de estímulos provocados pelo contato externo e abertura para outras comunidades envolvendo processos regulares de troca baseados na cooperação e na competição. Implica, assim, de um lado um sedentarismo e uma hierarquia sócio-espacial interna à comunidade e de outro, movimentos regulares de bens e pessoas entre comunidades. Localmente, exige uma estrutura de poder sustentada pela extração de um excedente da produção no campo. Assim, a cidade implica a emergência de uma classe dominante que extrai e controla este excedente coletivo através de processos ideológicos acompanhados, certamente, pelo uso da força. (Monte-Mór, 2006, p. 7).

Com a entrada da indústria na cidade, ocorreu o processo de urbanização, uma

vez que a produção industrial necessitava de mão de obra. Assim ela concentrou a população consumidora, os trabalhadores, e as condições gerais de produção para a instalação de diversos tipos de empreendimentos industriais. A cidade industrial trouxe outra mudança significativa relacionada à produção do espaço urbano: a entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo junto com ela, o proletariado. Dessa forma, agora a cidade não só comercializa os excedentes do campo, mas transforma e agrega valor aos produtos em formas jamais vistas anteriormente. Le Febvre *apud* Monte-Mór (2006) afirma que a partir desse momento ocorre uma subordinação total do campo à cidade.

A cidade industrial tem como lógica, a centralização na produção industrial. O espaço da cidade passa a ser organizado segundo os interesses do setor industrial, dotado de uma série de espaços privados. Assim ela é transformada em um produto industrial.

O espaço da reprodução da sociedade fica subordinado à lógica do industrialismo e às necessidades da indústria, devendo reunir as condições de produção necessárias. Entre essas, com destaque, está a reprodução coletiva da força de trabalho, sintetizada pela habitação e demandas complementares. (Monte-Mór, 2006, p. 9).

Até aqui, denominamos a cidade industrial produzida a partir de um contexto europeu, do período das Revoluções Industriais. Trataremos a seguir do fenômeno das cidades-empresa, termo cunhado por Piquet (1998) para designar aqueles locais isolados, sem infraestruturas pretéritas, que tinham como o aporte a produção industrial, sua principal função.

Como citado anteriormente, a década de 1970 marca uma ruptura na economia brasileira. Os padrões que vinham sendo utilizados já não atendiam mais e viu-se uma reestruturação na produção industrial. Vários investimentos por parte do governo foram feitos na criação de novas indústrias, em alguns casos de novos setores, como celulose em Aracruz-ES, por exemplo. A criação dessas indústrias ocorreu na maior parte dos casos em locais do interior do país, no qual foram necessários enormes investimentos em infraestrutura. Assim também foram criadas cidades em torno desses empreendimentos. Foi um momento onde viu-se um espaço ser criado para servir quase que exclusivamente à indústria, contrariando a tradição das cidades serem locais de troca, de comércio, que surgem espontaneamente, ou ainda que com intencionalidades, mas não de modo tão direto e de certa forma, artificial. A fotografia

abaixo exemplifica este processo, no qual a Açominas tornou-se proprietária das terras urbanas afim de parcelar o solo da maneira que o PDU previa. Posteriormente ela foi vendida para a iniciativa privada, sendo comprada pelo Grupo Gerdau, por isso o nome é esse.

Figura 02 - Terreno pertencente a Açominas, posteriormente privatizada para o Grupo Gerdau.



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Mas o ponto aqui diz respeito às cidades empresa, como Rosélia Piquet (1998) nomeou

as cidades empresa estão relacionadas a projetos que, embora originalmente propostos no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, só se concretizam uma década após. Esses empreendimentos, por serem portadores de novas condições técnicas de produção em locais desprovidos de centros urbanos adequados às suas necessidades, foram levados a implantar e administrar cidades-empresa não só capazes de dar suporte à produção como também de abrigar e manter a força de trabalho. Estados até então tidos como periféricos na economia nacional passam a ter cidades e/ou regiões, tais como Tucuruí, Monte Dourado, Parauapebas, Barcarena, Aracruz, Ouro Branco, que atingem o noticiário nacional, seja pela aspereza em sua formação, seja pelo papel de alavancagem econômica proporcionada pelos novos setores nelas implantados (Piquet, 1998, p. 32).

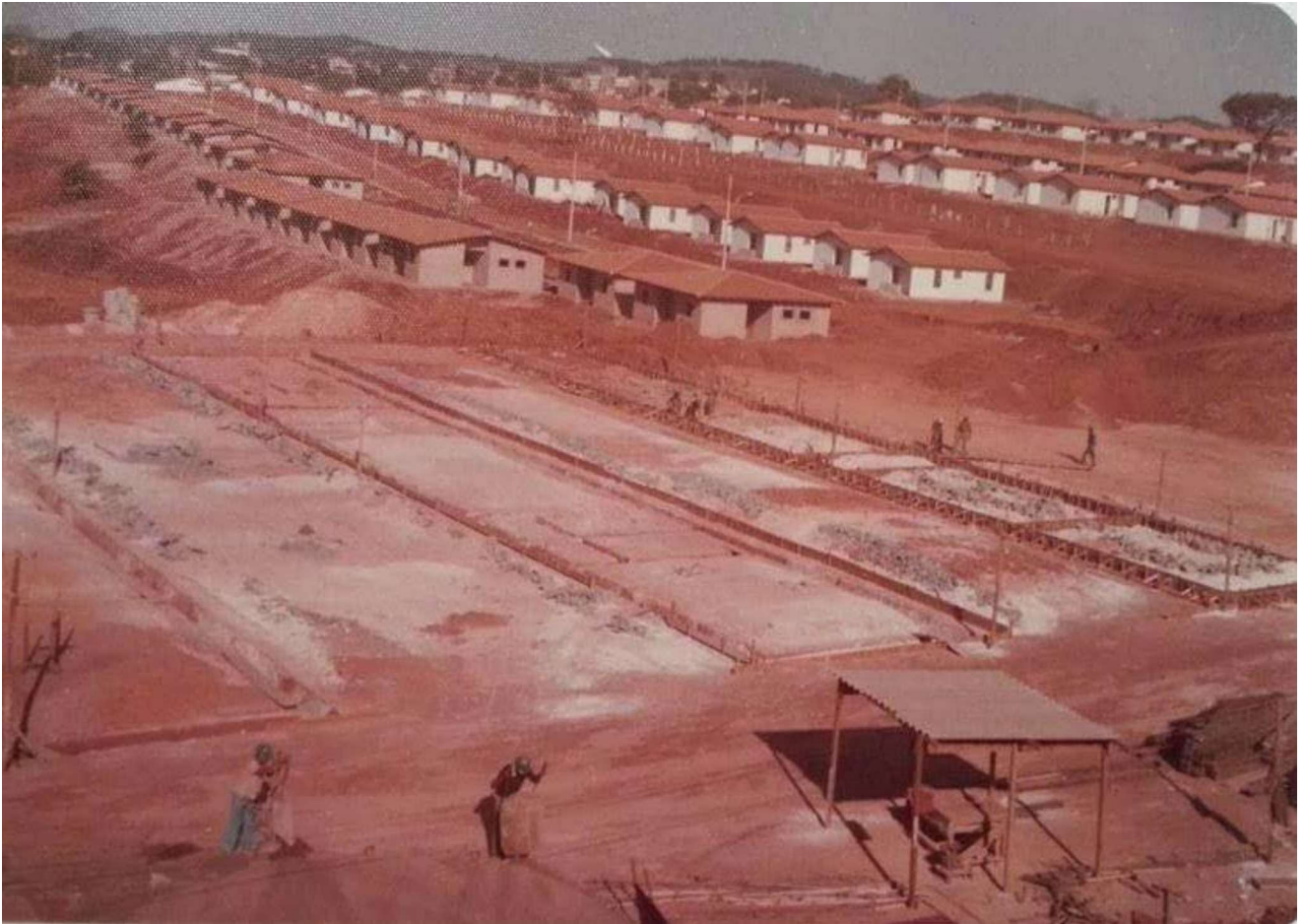
O motor desses investimentos foi o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento - PND que tinha como objetivo aumentar a capacidade energética, produzir insumos básicos

e bens de capital.

É possível perceber que o objetivo principal do 2º PND seria levar o Brasil a um nível mais avançado no desenvolvimento econômico ao cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento. Em face disto, procurar-se-ia promover uma desconcentração industrial, estimulando áreas como Amazônia e Centro-Oeste; investimentos na infraestrutura em vista de reduzir as deficiências do setor, principalmente, no que tange ao setor energético; e uma política industrial com ênfase no setor de Bens de Capital. Dessa maneira ocorre uma substituição no padrão de acumulação brasileira, pois, o setor de bens de produção torna-se prioridade na política econômica do governo, ao desbancar o setor de bens de consumo. Esta mudança no padrão afirma que o crescimento seria baseado na substituição de importações, essencialmente no setor de Bens de Capital e Insumos Básicos (Maciel, J. 2017, p.19).

Essas cidades foram criadas seguindo novas lógicas locacionais, sem relações com as dinâmicas socioeconômicas pretéritas. Ouro Branco é um exemplo de cidade empresa, até o momento da criação da Açominas, Ouro Branco podia ser entendida como uma cidade pequena com forte dinâmica do mundo rural, com uma economia semelhante às demais do seu entorno. Porém-esse empreendimento marcou uma ruptura nesse processo abrindo um novo capítulo na história da cidade, de maneira que ela a indústria assume um protagonismo fazendo com que a cidade passasse a ter uma dependência econômica muito forte com a usina. Restaurantes, hotéis, setor de serviços, oficinas, cursos profissionalizantes e demais áreas estão voltadas para a indústria de maneira que não há uma diversificação na economia. Essa dependência econômica faz com que a cidade fique vulnerável ao somente esse setor. Batista (2021) relaciona o desenvolvimento ocorrido em Ouro Branco em consequência do processo implementado pelo governo federal com uma urbanização baseada na lógica do regime de acumulação fordista, no qual a indústria além de empregar a mão de obra também se torna responsável pela criação de condições essenciais de moradia e infraestrutura. A fotografia abaixo mostra o processo de construção dos bairros em Ouro Branco, previsto no PDU.

Figura 03 - Construção dos bairros



Fonte: acervo pessoal.

A administração pública municipal possuía, sobretudo no início da instalação da usina e anos iniciais, pouco poder se comparado à empresa. A prefeitura e órgãos municipais não eram dotados de estrutura operacional e nem peso político enquanto que a chefia da empresa, era composta por pessoas influentes no meio político. Além do que a Açominas era dona da maior parte das terras do município, de modo que podia realizar o ordenamento territorial sem ouvir a prefeitura, os moradores etc. Nas cidades empresas viu-se muito esse tipo de gestão verticalizada, onde o Estado, na forma de empresas como a Açominas, praticamente criou cidades e geriu da maneira que lhe conviesse (Piquet, 1998).

Dessa maneira, foi produzido um espaço baseado em critérios racionalistas, característicos da década de 1960 e 70. O exemplo maior desse momento é a construção de Brasília. Em Ouro Branco, apesar de ser considerada uma “cidade-aberta”, o que ocorreu foi uma concepção nos moldes tradicionais (Piquet, 1998).

Sabemos que a questão da integração vai muito além de uma integração geográfica, ela passa por uma questão mais subjetiva, ligada ao sentimento de pertencimento ao lugar, à cultura e aos saberes. Em Ouro Branco, viu-se a criação de uma parte planejada produzida através da Açominas e, ao mesmo tempo, uma outra, o centro antigo, marcado pelas relações com o mundo, a presença de pequenos comércios, Prefeitura e o patrimônio histórico.

Em algumas cidades ocorreu uma favelização no entorno da área construída pela empresa e em Ouro Branco, por ter sido implantada anos mais tarde, os planejadores não queriam que ocorresse o mesmo. Como em todas as cidades empresa, as migrações ocorreram basicamente em dois níveis: a dos empregados diretos, que mudaram para a cidade com suas famílias para trabalharem na Açominas e os operários da construção civil que trabalharam na obra em si. Para o primeiro grupo, foram construídas moradias enquanto que o segundo grupo acabou sendo empurrado para as periferias da cidade. Ou seja, toda a estrutura construída serviu para abrigar apenas os funcionários da Açominas, pois os funcionários das empresas terceirizadas ficaram excluídos. Assim Ouro Branco viu-se um processo de segregação social expressivo que se divide em três eixos:

O primeiro é a dicotomia entre o centro antigo e a parte construída a partir da Açominas. O segundo foi à estratificação na qual as moradias foram destinadas aos funcionários através da renda e o terceiro foi à segregação entre os funcionários diretos da Açominas e os das empresas terceirizadas. A terceirização passa a ocorrer com mais frequência, e a cidade passa a receber uma população flutuante, que são pessoas que residem na cidade por um período de tempo, apenas enquanto seu contrato de trabalho está em vigor. Após o término essa população muda de cidade novamente ou passa a viver de subempregos e residindo em áreas periféricas e improvisadas.

A cidade-empresa passa a ser uma extensão da esfera da produção

Como a empresa é proprietária das moradias e dos equipamentos coletivos, suas regras permeiam todas as atividades exercidas pelos habitantes. A segregação funcional, marginalização de determinados segmentos sociais e o isolamento vão determinar certos padrões comportamentais dessas comunidades. O domínio exercido pela empresa subordina os moradores à sua influência e ao seu controle. Essa presença se faz sentir em todos os momentos. O convívio prolongado com um mesmo grupo de pessoas, uma característica de comunidades fechadas, determina a emergência de mecanismos de

controle social, que significam um verdadeiro policiamento dos comportamentos individuais. Assim, ações e comportamentos que nos grandes centros se diluem e passam despercebidos são, nas vilas de empresa, conhecidos de todos e assumem grande importância, dada a própria monotonia do cotidiano. (Piquet, 1998, p. 37).

Além disso, vemos uma lógica machista, uma vez que

essas comunidades surgem como apêndices da atividade industrial, e esta é exercida basicamente por mão-de-obra masculina, a possibilidade de absorção das mulheres em atividades profissionais é bastante limitada, condicionando seu cotidiano a atividades pouco criativas. Para aquelas com experiência profissional anterior, a ociosidade chega a ser intolerável, causando problemas de adaptação à vida na cidade-empresa (Piquet, 1998, p.38).

Monte-Mór (2007) ao estudar esses locais os nomeia como “cidades simulacro”. Basicamente é um local previamente pensado para emular uma vida burguesa, para os funcionários de cargos médios e altos, enquanto que o restante da população tem uma vida na periferia desse sistema.

Simulacros da cidade também existiram desde cedo no processo de industrialização que produziu vilas operárias e cidades mono-industriais como João Monlevade, Ipatinga, VoltaRedonda e tantas outras [...] Simulam a cidade, esvaziadamesmo que seja do seu triplo sentido civilizatório: a festa, o poder, e o excedente coletivo (Monte-Mór, 2007, p. 17).

Portanto ao analisarmos a conjuntura que levou à construção das cidades-empresa percebemos que ela está ligada a uma dimensão industrial, produtivista enquanto que a vida cotidiana tem uma dimensão ligada ao simbólico, às práticas, ao urbano. Monte-Mór afirma que a cidade apesar de industrial e central no processo de produção, vai muito além, ocorre aí uma revolução urbana. Diz respeito a um novo modo de vida, agora urbano e calcado numa luta de classes e exigência por novas demandas. Dessa forma, Ouro Branco passa a ser um híbrido, “misto de cidade e campo, meio urbano-rural submetidos à lógica industrial, mesmo localmente simulando uma lógica de reprodução coletiva e ampliada da própria cidade” (Monte-Mór, 2007, p. 17). O termo cidades simulacro neste trabalho é para demonstrar o caráter impessoal da forma que o espaço foi produzido pela Açominas. Não é pretendido esgotar o sentido do conceito de Monte-Mór, apenas ilustrar como esse processo de expansão ocorreu.

Portando também se faz necessário discutir a questão da escala utilizada nesse trabalho, sobretudo por ela ser um conceito utilizado na ciência geográfica, não sendo apenas uma proporção matemática. Iná Castro (2012) afirma que “a escala introduz a necessidade de coerência entre o percebido e o concebido, pois cada escala só faz indicar o campo da referência no qual existe a pertinência de um fenômeno”.

Ocorre que a escala é responsável por não só dar visibilidade a um fenômeno, mas traz um recorte que nos permite um nível de análise, uma ordem de grandeza, adequados com o estudo a ser feito. “Busca-se o espaço de visibilidade dos fenômenos escolhidos a partir da perspectiva de que a mudança de escala corresponde a uma mudança no nível de análise” (Castro, 2012, p.122). Assim partimos do princípio que existe uma inseparabilidade entre o fenômeno estudado e o seu tamanho, sua área de ocorrência e que a escala geográfica objetiva fazer uma hierarquia de níveis de análise do espaço social, buscando articular a necessidade empírica dos recortes espaciais às relações sociais de produção.

Nas discussões sobre escala, os autores sempre trazem a ideia de que a escala não pode ser tratada como um “jogo de bonecas russas”, onde todas são iguais, porém partem da menor para a maior. Pensar escala não pode significar isso, sendo fundamental analisar primeiro o fenômeno que se pretende estudar e a partir daí selecionar quais escalas serão utilizadas, uma vez que as escalas articulam, pois não há escala mais ou menos válida (Castro, 2012). Sendo assim, cabe ao pesquisador se perguntar qual/quais, porção/porções do espaço devem ser consideradas ao analisar uma realidade.

Neste sentido, a escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço e é um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. As escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas (Castro, 2012, p.136).

Dessa maneira a escala não é algo natural, mas está ligada a produção social e política, uma vez que elas também são produtoras de relações de poder. Também não “há uma escala que seja melhor que outra. Sua escolha, para efeito de pesquisa, vincula-se aos propósitos do pesquisador, que constrói o seu objeto de investigação. Nessa construção, emerge a escala espacial apropriada,” (Corrêa, 2011, p. 42). Neste

trabalho é trabalhada a escala intra-urbana e regional.

5.2 A INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS.

O projeto Açominas foi idealizado durante o Governo Arthur Bernardes, como primeiro plano siderúrgico nacional, que propunha a criação de três grandes siderúrgicas: uma no Vale do Rio Doce, outra no Vale do Paraopeba e a terceira em Santa Catarina, tendo em vista as reservas de minério e de carvão do País. Um decreto presidencial, datado de 09 de janeiro de 1924, autorizou a criação da siderúrgica no Vale do Paraopeba. Somente a partir de 1975, a Açominas começou a se concretizar, com base em decisões conjuntas dos Governos Estadual e Federal (Açominas, 1985).

Na cidade de Timóteo, localizada na porção leste de Minas Gerais, foi criada a ACESITA, uma importante empresa para o setor siderúrgico de Minas Gerais. A empresa tinha o objetivo de produzir aço com qualidade diferenciada. A usina situada em Timóteo obteve um papel importante quanto à implantação de novas tecnologias no setor siderúrgico em Minas Gerais. Nos anos 50 o estado de Minas Gerais recebeu em seus domínios uma nova empresa siderúrgica: a Companhia Mannesmann. A Usina da Mannesmann, próxima a capital Belo Horizonte, foi em conjunto com a Belgo Mineira mais uma empresa que obteve uma participação de capital estrangeiro. A Mannesmann foi inaugurada em 1954 e a sua entrada na economia mineira foi de suma importância para que a produção de aço fosse expandida. Em 1962 foi fundada a USIMINAS, usina localizada no município de Ipatinga no Vale do Aço. O município foi escolhido estrategicamente pela proximidade com a cidade de Timóteo. Ao longo dos anos foi formada uma região metropolitana do Vale do Aço no qual os municípios de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo compõem essa região. O grande empreendimento conquistado pela USIMINAS assegurou novamente a importância de Minas Gerais para o cenário siderúrgico nacional (Maia; Vieira, 2014).

Durante o período da industrialização brasileira, em meados do século XX, a siderurgia tinha um peso muito grande em um modo de produção tipicamente fordista, no qual a empresa tinha um peso muito grande no modo de vida, indo além da produção. Nesse contexto, o Governo brasileiro decide implantar uma siderúrgica de grande porte na região central do estado. A Açominas ficaria instalada nos territórios de Ouro Branco e Congonhas, o acesso era por Ouro Branco assim como os equipamentos

urbanos e as moradias construídas. Previsões iniciais consideravam uma possibilidade de conurbação entre Lafaiete, Ouro Branco e Congonhas ao passo que poderia ser formada uma área metropolitana assim como é o Vale do Aço, o que não se efetivou.

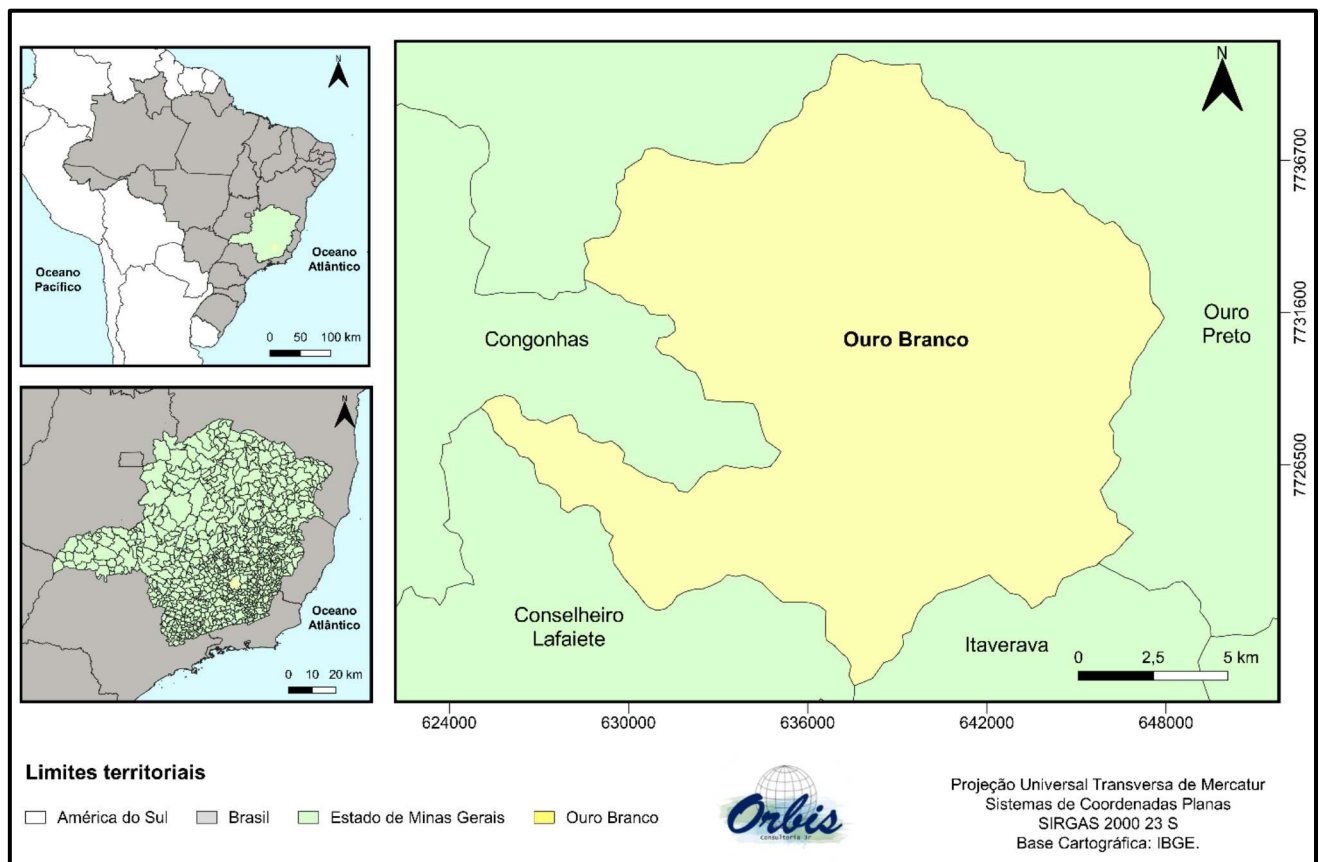
A nova cidade deveria atender, no curto prazo, uma população de 60.000 habitantes, e, em vinte anos, as estimativas situavam-se em torno dos 180.000 habitantes, dos quais aproximadamente 90% no novo núcleo. Previa-se também um forte impacto nos municípios vizinhos, principalmente Congonhas e Conselheiro Lafaiete, cujas sedes municipais situavam-se à 10 e 20 km respectivamente da planta industrial. À semelhança do Vale do Aço, previa-se a formação de um aglomerado urbano dinâmico com fortes relações de complementariedade entre os municípios (Costa e Costa, 2013, p. 3).

Além disso, percebe-se que nesse período está ocorrendo uma interiorização da produção industrial em Minas Gerais. A Zona da Mata mineira aos poucos foi perdendo importância econômica e política e as áreas centrais do estado, mais próximas à Belo Horizonte, passam a ser mais importantes (Souza, 2015).

Alguns fatores locais como topografia adequada, proximidade com a rodovia BR 040 e presença da ferrovia Minas x Vitória, proximidade com a capital Belo Horizonte e de centros de pesquisa foram determinantes para a implantação do empreendimento em Ouro Branco. O município está situado no Vale do Paraopeba, no qual a área escolhida para a instalação da usina está localizada entre os municípios de Ouro Branco e Congonhas, ocupando aproximadamente 15km². A escolha do local partiu da proximidade da rodovia federal BR-040 e da malha ferroviária Vitória-Minas, através da Ferrovia do Aço. Esse local possui um papel estratégico em termos logísticos, que facilita os fluxos de diversos tipos, como matérias-primas, produtos acabados, migrações de trabalhadores, proximidade com centros universitários, inclusive nesse sentido a UFOP teve um papel importante na assistência técnica, uma vez que possui uma Escola de Minas. Além disso, Ouro Branco está situado no Quadrilátero Ferrífero, local que possui jazidas de minério de ferro, calcário, dolomita, magnésio e outros insumos minerais, que representavam aproximadamente 72% da matéria-prima a ser consumida pela usina. Quanto a dinâmica hídrica, os rios da região são de alto curso, ou seja, não possuem uma enorme disponibilidade hídrica como os rios de baixo curso. Os rios de alto curso normalmente são mais estreitos e com menor volume de água. Por outro lado, próximo a Serra de Ouro Branco são várias as

nascentes de rios, o que fez com que os engenheiros construíssem uma lagoa artificial, o Lago Soledade. A lagoa seria abastecida pelos ribeirões de Ouro Branco e Colônia e serviria para abastecer a usina, além de utilizada como área de lazer da cidade. Para construí-la, movimentaram 90 milhões de metros cúbicos de terra. A topografia adequada, qualidade da paisagem, devido à presença da Serra de Ouro Branco, e proximidade com três sedes municipais, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco, foram outros motivos para a escolha desse local.

Figura 04 - Mapa de Localização de Ouro Branco- MG



Fonte: elaborado com base em Vianna (2018).

Assim, a partir da definição da área para a usina, foi necessário um estudo para indicar o local apropriado à criação de bairros para essa nova população. A Fundação João Pinheiro, em parceria com o Estado, realizou um estudo de viabilidade em três possíveis localidades: as cidades de Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco e o distrito de Lobo Leite, pertencente a Congonhas. Para Ouro Branco, o diagnóstico foi positivo em vários aspectos: a área de expansão seria capaz de receber cerca de 2.000.000 de habitantes (cifra superestimada na época por ausência de levantamentos topográficos precisos); a cidade não seria seccionada por rodovia e ferrovia; a topografia era adequada para implantação da infraestrutura urbana e ventos dominantes

apresentavam direção contrária à cidade, o que evitaria a poluição na área urbana. Assim, a cidade foi escolhida para abrigar os funcionários da usina (Vianna, 2018, p.49).

Após a decisão política de implantar uma siderúrgica de grande porte e da definição da área a ser construída, deu-se início as obras para implantação da planta industrial, cuja sessão a seguinte abordará com maiores detalhes.

6 O ESPAÇO INTRAURBANO DE OURO BRANCO

6.1 OURO BRANCO. DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – PDU: 1978 AOS DIAS ATUAIS

Como já apresentado, a implantação da Açominas em Ouro Branco-MG foi uma ruptura com o modo com que o espaço vinha sendo ocupado. Foi feito um projeto urbanístico na tentativa de construir uma cidade aberta com a finalidade de abrigar, pelo menos em um primeiro momento, os funcionários da estatal. Lembrando que nessa época, início da década de 70, o centro histórico e povoados rurais existiam com uma população de cerca de 6 mil habitantes, na qual a implantação dos bairros e equipamentos urbanos ocupariam áreas de fazendas (que sofreram desapropriação) ou locais não ocupados. Para isso, a Açominas, na época estatal, tornou-se proprietária da maior parte das terras.

Foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU)⁶ em 1978 por uma equipe formada por sociólogos, geógrafos, advogados, engenheiros, arquitetos, médicos dentre outros profissionais contratados pelo governo para a confecção do plano. Vale ressaltar que nesse período, o país estava sob um regime de ditadura militar, que é conhecidamente marcado pelo autoritarismo e decisões autocráticas, ou seja, em grande medida não levavam as discussões para a população, e nesse caso não foi diferente. Cunharam um projeto que tinha um aspecto bastante conservador, em um planejamento urbano que futuramente segregaria os habitantes da cidade em classes.

O PDU tinha como objetivo criar uma estrutura urbana para atender as necessidades gerais da população como alojamento, alimentação, comércio, saúde, lazer e etc. A cidade tinha uma população de 6.000 habitantes em 1978 e o PDU previa um crescimento que passaria para 180.000 habitantes em vinte anos e assim todos os cálculos feitos no PDU contavam com esse enorme crescimento, ou seja, estavam criando uma cidade com uma infraestrutura de grande porte. Um dos

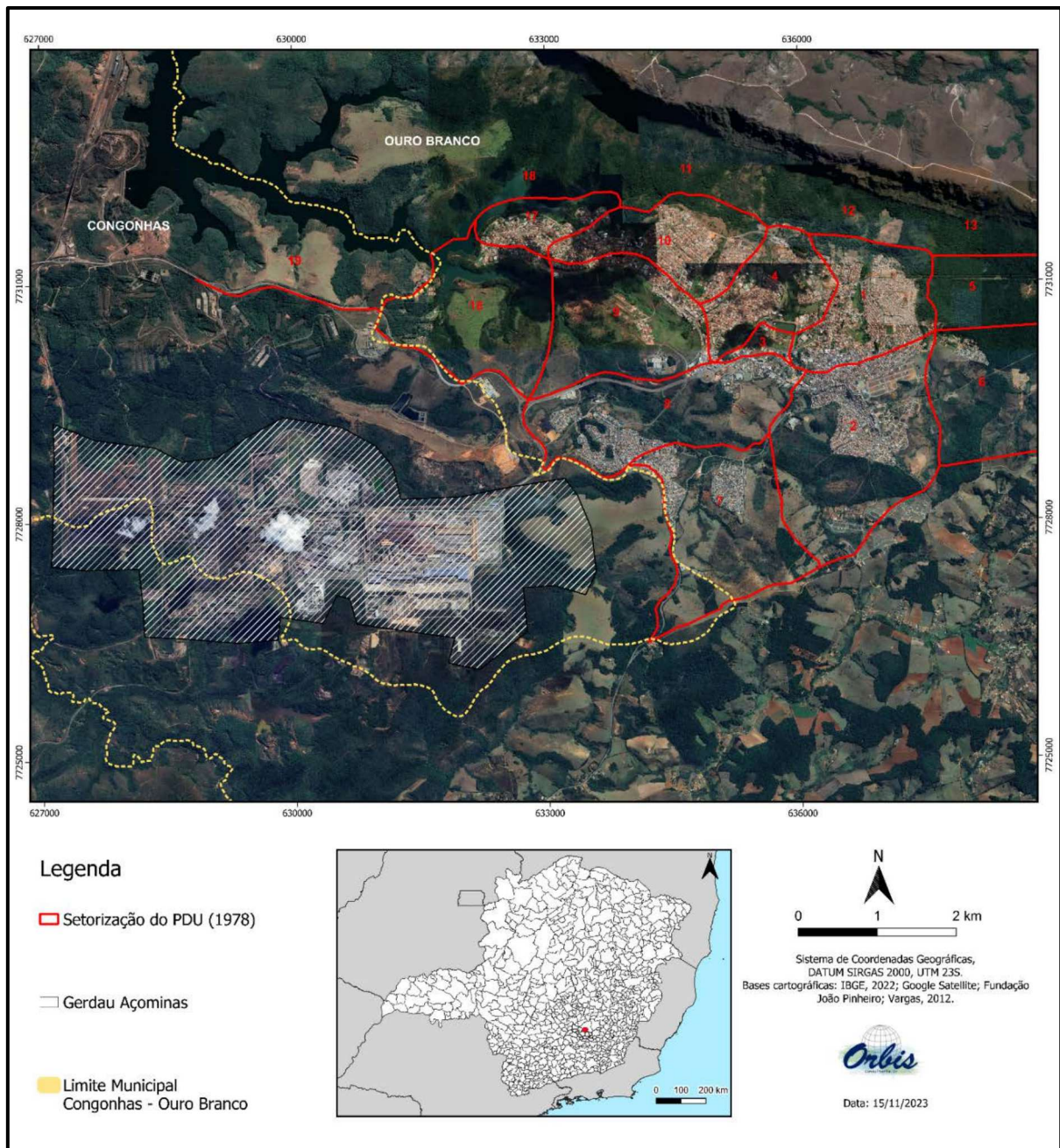
⁶ O Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro em 1978 e teve como objetivo criar um espaço setorizado de acordo com as funções necessárias para o bom funcionamento e a boa qualidade de vida para os moradores. No entanto, a revisão nos cronogramas de implantação da usina fez com que apenas a primeira fase habitacional fosse construída. Mesmo com a visão de criar uma cidade sem barreiras e segregação, o próprio plano dividiu a área urbana em setores e determinou sua ocupação baseada na posição hierárquica de cada trabalhador. Os funcionários foram divididos em classes salariais de A a E.

financiadores desse empreendimento estatal foi o Banco Nacional de Habitação (BNH) (VIANNA, 2018).

Para a construção da cidade a Açominas estabeleceu algumas diretrizes como: garantia de moradia para todos os funcionários; localização dos bairros residenciais em áreas contíguas a núcleo preexistente, envolvendo-o, imediata urbanização de área correspondente ao dobro dos terrenos necessários às moradias dos empregados e colocação à venda para terceiros dos lotes não utilizados; cobrança de aluguéis pelo valor de mercado; como elemento indutor à aquisição de casa própria; adoção de uma arquitetura variada para as casas construídas, o que gerou uma segregação posteriormente, uma vez que o padrão arquitetônico dos imóveis denota o padrão salarial de quem ocupa aquela área, preservação dos locais históricos e da Serra de Ouro Branco (Piquet, 1998).

Dessa maneira a Área de Função Urbana foi subdividida em 19 subsetores, sendo 10 classificados como urbanizados e os outros 9 preservados para a Zona de Expansão Urbana.

Figura 05 - Subsetores da Área de Função Urbana conforme o PDU determinou, em 1978.



Fonte: elaborado com base em Vianna (2018).

O setor 1 representa o centro antigo. É o núcleo de onde a cidade iniciou-se. Em períodos pretéritos à indústria o centro antigo era local de comércio, de sacralidade além de ser via de acesso para os viajantes que iam em direção a Vila Rica. A população do centro é formada pela grande maioria de pessoas oriundas da zona rural do município que, com o êxodo rural partiram para a cidade em busca de emprego no comércio e serviços. A Açominas, em um primeiro momento não absorveu

essa mão de obra. Foi um primeiro caso de segregação em Ouro Branco, pois via-se a formação de duas cidades, uma planejada e outra, antiga. Como é o local mais antigo, nesse setor está a maior parte do patrimônio histórico da cidade (Costa e Costa, 2013).

No setor 8 foi construído o bairro 1º de Maio, cujos operários de menores cargos na usina residiriam. Esse bairro ficaria mais próximo da siderúrgica e ao contrário do centro antigo, esse bairro era local de população oriunda de outras cidades. Muitos vieram de outras cidades industriais como Ipatinga, Coronel Fabriciano e Volta Redonda. Era comum trabalhadores saírem de outras regiões do estado e até do país para residirem em Ouro Branco.

Os setores 4,10 e 17 representam os bairros Siderurgia, Pioneiros e Inconfidentes, respectivamente e os imóveis eram destinados aos funcionários conforme os cargos iam crescendo, ou seja, no setor 17 residiam apenas as pessoas com os mais altos cargos na empresa, como engenheiros e médicos, formando uma elite urbana, congregando a partir desse momento, com uma elite agrária, formada por fazendeiros.

O PDU possuía 3 volumes: o Plano de Desenvolvimento Urbano, de Mapas e de Legislação Urbana. Nesse tópico serão abordados os principais aspectos dos dois primeiros.

A infraestrutura que estava sendo criada contemplava todos os aspectos necessários à moradia e vida na cidade. O abastecimento e tratamento de água foi realizado pela Copasa⁷, o sistema de telecomunicações pela Telemig⁸, que contava inicialmente com 2.000 linhas telefônicas. O acesso à energia elétrica foi ampliado pela Cemig⁹. Quanto à educação, foram construídas inicialmente duas escolas de primeiro grau, comportando no total 3.100 alunos, sendo uma estadual e outra municipal, ou seja, a infraestrutura foi cedida aos governos do estado e município. Na saúde, foram construídos dois Hospitais e um ambulatório dentro da Açominas. Além

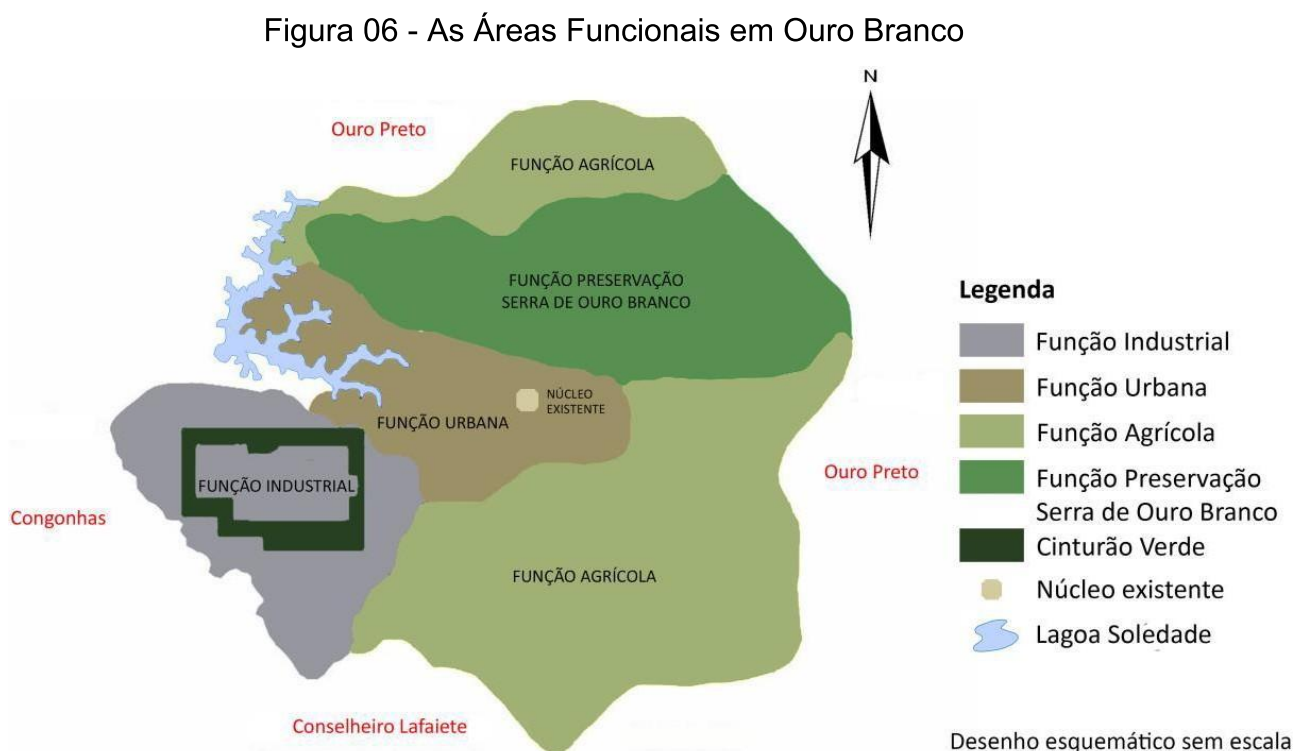
⁷ A **COPASA MG** é uma empresa estatal surgida em 1974 a partir da incorporação da antiga Comasa, responsável por serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Minas Gerais, e do Demae (Departamento Municipal de Águas e Esgoto). Está entre as maiores empresas de saneamento do Brasil, com 641 concessões para prestação de serviços de abastecimento de água e atendendo 11,6 milhões de pessoas. Disponível em: <https://mm.exame.com/copasa-mg/>.

⁸ Telecomunicações de Minas Gerais S/A (**TELEMIG**) foi a empresa operadora de telefonia do sistema Telebras no estado de Minas Gerais antes do processo de privatização em julho de 1998. (<https://www.teleco.com.br/operadoras/amtelemig.asp>)

⁹ Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (**CEMIG**) é uma das principais concessionárias de energia elétrica do Brasil, tendo sede na cidade de Belo Horizonte (<https://www.cemig.com.br/quem-somos>)

disso, três clubes da Associação dos Empregados da Açominas (AEA) também foram construídos para servir como equipamento de lazer e recreação.

No PDU a área a ser planejada ficou dividida em quatro áreas funcionais: industrial, urbana, agrícola e preservação. O mapa abaixo demonstra como essa divisão ocorreu no território:



Fonte: elaborado com base em Vianna (2018).

A área de preservação propunha a conservação dos aspectos especiais da Serra de Ouro Branco em termos de paisagem, flora, fauna e de bens culturais, como a Estrada Real. Em 1977, para sua efetiva preservação, foi recomendado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha- MG) o tombamento da serra como Conjunto Paisagístico, com a justificativa de exuberância natural e ameaça da implantação dos novos bairros.

A área industrial foi destinada, além da usina, para a instalação de outras indústrias relacionadas com o processo siderúrgico. O plano previa que a localização do núcleo urbano deveria estar à distância de um raio de 5km da usina para evitar a conurbação, como ocorreu nas demais cidades monoindustriais. Outra medida implantada para evitar que a poluição atmosférica e sonora chegasse à cidade foi a criação de um cinturão verde ao redor da usina, servindo como isolamento.

A área agrícola destinou-se à continuidade da prática das atividades agrícola e pecuária já estabelecida no local escolhido pelo zoneamento, reforçando a intenção de preservar e manter a atividade identificada como principal fonte de renda dos moradores da cidade existente.

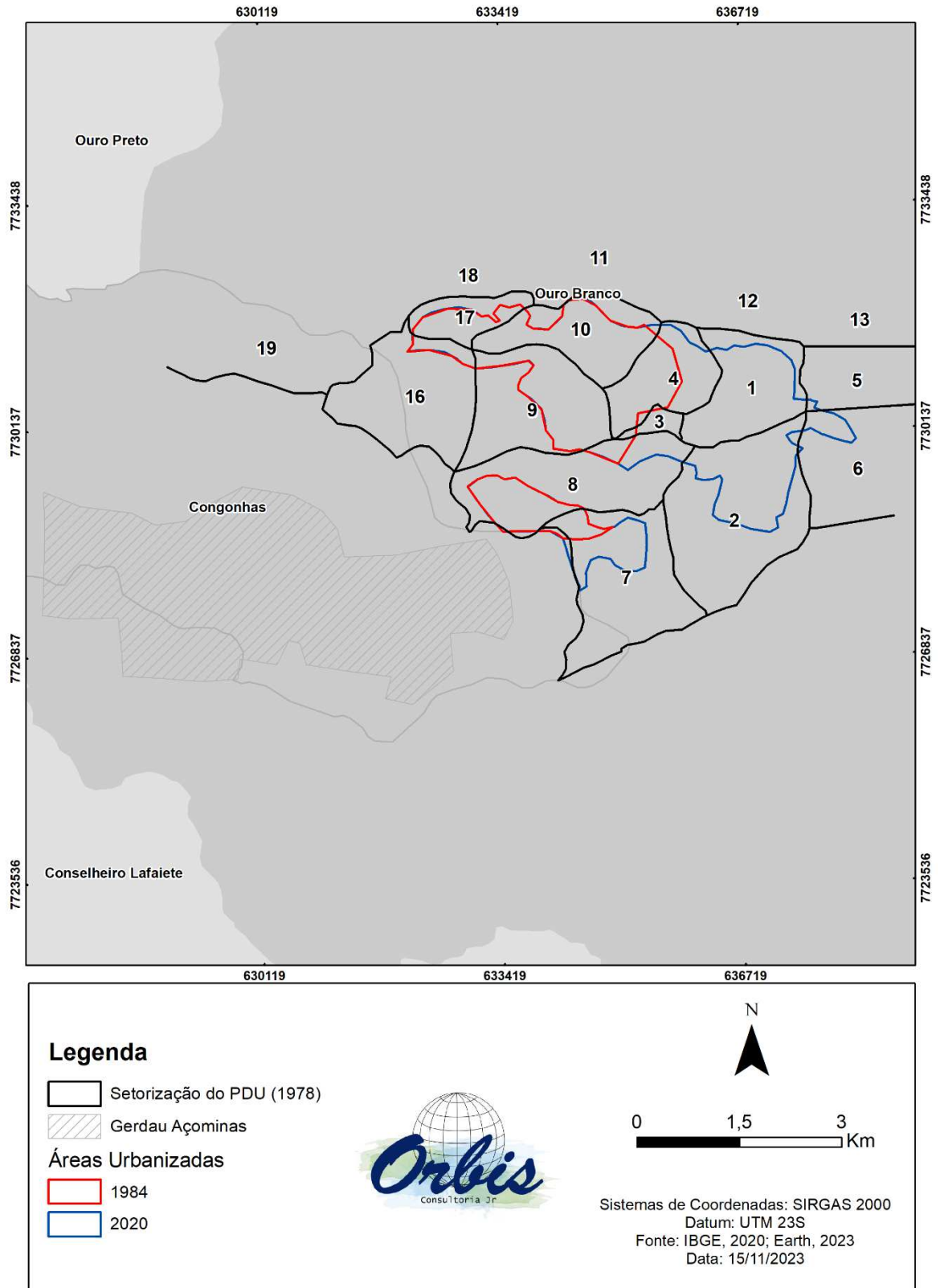
A área urbana foi subdividida em zonas urbana e de expansão urbana. A Zona Urbana poderia comportar cerca de 250.000 habitantes, dentro de parâmetros de densidades compatíveis com a qualidade de vida e com fatores econômicos de urbanização, enquanto a Zona de Expansão Urbana abrigaria mais 150.000 habitantes. A área foi dividida em setores, para estabelecer a localização das habitações e dos equipamentos urbanos. Essa política de controle de ocupação foi possível pelo fato de a Açominas ser proprietária de 90% do solo da cidade.

A Serra de Ouro Branco e a usina Açominas formaram barreiras que determinaram a posição das demais funções no território. A função urbana posicionou-se entre essas duas barreiras e, a partir do núcleo existente, o vetor de crescimento inicial foi direcionado para oeste, com o intuito de utilizar a lagoa artificial como elemento de lazer e contemplação. Para leste, a área foi destinada para expansão urbana, o que na realidade não ocorreu. Dessa forma, a presença da Serra na paisagem da cidade acontece de forma marcante, já que, em todos os pontos da cidade, o morador consegue visualizar esse elemento natural (Vianna, 2018).

Apesar do esforço dos planejadores em fazer uma cidade aberta, que pudesse abrigar não só os funcionários da usina, mas também os moradores da cidade antiga, o que se viu foi a criação de bairros estratificados conforme a renda e quanto mais próximo da Açominas menor era a renda das pessoas que iriam residir ali. O padrão dos imóveis também refletiu essa estratificação.

O mapa abaixo representa o crescimento de Ouro Branco ao longo dos anos e os números representam os subsetores do PDU.

Figura 07- Crescimento da cidade conforme os subsetores do PDU.



Fonte: elaborado com base em Vianna (2018).

O Setor 1 que representa o Centro Antigo, possui agências bancárias, correios,

prefeitura, comércio, ao passo que ocorre um expressivo adensamento populacional, congregando o patrimônio histórico com todas as demais atividades. Muitos alojamentos e cortiços são montados no centro, em um processo de construção conforme a demanda por trabalhadores temporários para a indústria. Além disso, é no centro que se concentra a maior parte dos restaurantes, lojas de eletrônicos, manutenção de aparelhos celulares, e todo tipo de comércio popular.

Figura 08 - Centro Antigo de Ouro Branco



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O setor 8, atualmente, concentra os bairros Primeiro de Maio e Metalúrgicos, que serviram de local de moradia para os cargos de operação na Açominas. As moradias construídas têm o padrão mais baixo e são geminadas, tendo como

característica principal, a proximidade deste setor com a usina, vide a existência de algumas vias de acesso passando por eles.

Figura 09 - Setor 8 - Bairros 1º de Maio e Metalúrgicos



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O setor 17, formado pelo bairro Inconfidentes, não passou por um crescimento expressivo de seu planejamento aos dias atuais por ser um bairro residencial de alto padrão, com moradias destinadas aos cargos mais elevados da empresa.

Figura 10 - Setor 17 - Bairro Inconfidentes



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O setor 10 concentra os bairros Pioneiros e Siderurgia. É uma área que agrupa vários tipos de comércios, como supermercados, farmácias, academias, lojas de departamentos, locadora de automóveis, bares e restaurantes. Devido a isso, neste setor, há várias moradias de estudantes do Campus Avançado da UFSJ. Os setores 10 e 17 são os que mais compreendem a renda *per capita* no município (Vianna, 2018). Conseqüentemente, tem-se a alta valorização dos imóveis – residenciais ou comerciais – tanto na categoria de venda como na de locação.

Figura 11 - Setor 10 - Bairro Pioneiros





Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O setor 7 congrega dois bairros que diferem entre si. O primeiro, denominado Bandeirantes, apresenta crescimento nos últimos dez anos e congrega as funções residencial e de serviços, contando com oficinas mecânicas, lavanderias, serviços de treinamento para a indústria, etc. O segundo bairro, denominado São Francisco, possui o menor rendimento médio mensal *per capita* (Vianna, 2018), sendo o fruto de uma ocupação de alojamentos que foram construídos com o objetivo de abrigar os funcionários da Açominas na década de 1980. Muitas famílias passaram a residir nesse local, que só foi ser reconhecido como bairro após reivindicações populares, e mesmo oferecendo serviços como escolas, creches e posto de saúde, é possível observar a presença de bolsões de pobreza no bairro.

Figura 12 - Moradias precárias no bairro São Francisco



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

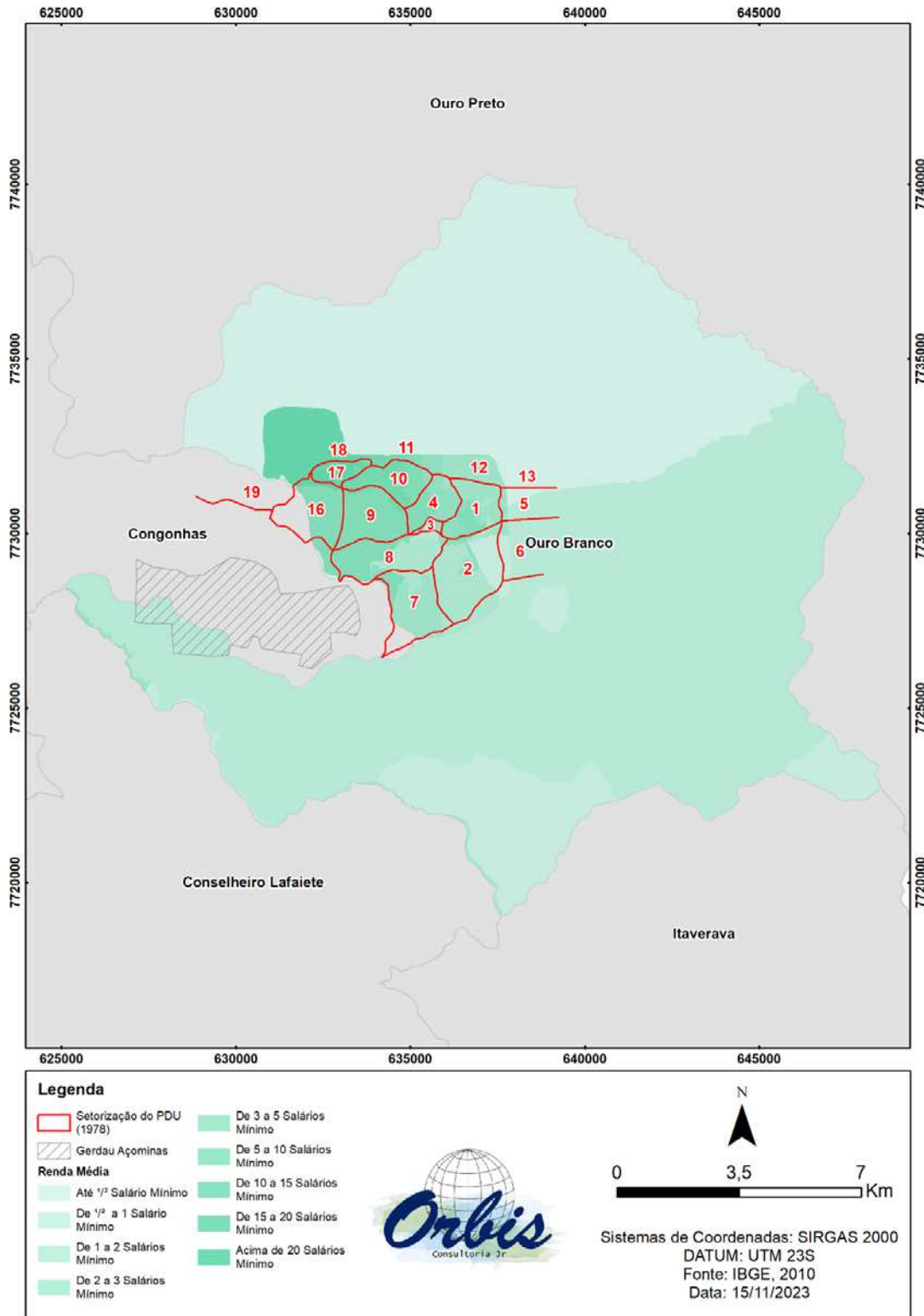
Figura 13 - Bairro Luzia Augusta, do setor 1



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O mapa, a seguir, mostra a concentração da renda em Ouro Branco conforme os subsetores do PDU.

Figura 14 - Mapa de Ouro Branco Conforme a Renda



Fonte: elaborado com base em Vianna (2018).

Fica nítida a segregação que o planejamento urbano produziu, de maneira que os bairros foram sendo constituídos conforme a renda e os cargos ocupados na usina, uma vez que, mesmo após as privatizações, cerca de 60% dos empregos estão ligados à atividade industrial.

Figura 15 - Setores 5 e 6 - Áreas de Expansão Urbana



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Por último verifica-se a área de expansão urbana presente na cidade, nos setores 5 e 6. Nestes locais são feitos loteamentos e ocorre a venda de terrenos. Conforme esses bairros crescem, a zona rural aproxima-se da cidade, configurando

nesses locais, uma franja urbana.

6.2 A PRIVATIZAÇÃO DA AÇOMINAS

Quanto à indústria no Brasil, podemos dizer que ela passou por algumas fases. A primeira, a partir da década de 30, foi a construção de uma série de indústrias de base e a criação de infraestruturas e que, de modo geral, foi um período com características do fordismo, no qual os vínculos entre os trabalhadores e a empresa eram maiores. O Brasil, assim como os outros países da América Latina, é conhecido como um país de industrialização tardia, já que iniciou os seus processos de industrialização 200 anos após o início deste mesmo processo nos países da Europa. Isso se deve ao impacto negativo do período colonial, que era baseado na exploração de seus recursos naturais utilizando a mão de obra escrava. Essa sociedade profundamente desigual dá origem a uma industrialização tardia, com foco na indústria pesada e na infraestrutura.

A partir daí, junto com o êxodo rural, o Brasil passa a ser considerado uma sociedade urbana, pois eram enormes os fluxos para as cidades que, por sua vez cresceram e, em poucos anos, as metrópoles estavam consolidadas. Percebe-se que a urbanização brasileira é marcada por um inchaço das grandes cidades e não por um crescimento ordenado. Nesse primeiro momento, de característica fordista, centralizado no Estado, com população de escolaridade insuficiente e baixa expectativa de vida e, do outro lado contendo uma pequena elite formada pelas famílias tradicionalmente brancas, o país se insere na periferia do capitalismo. Apesar de ser um país industrial e urbano, continua tendo uma produção industrial de bens não duráveis e na Divisão Internacional do Trabalho, e exportando commodities. Esse modelo entra em crise nos anos 70, pois era uma produção com certa padronização dos produtos, de rotinização dos processos produtivos e do uso de equipamentos especializados. Esses fatores, somados à crise do padrão energético, elevação dos déficits públicos do denominado estado de bem-estar social e condições de trabalho desfavoráveis, levaram à crise econômica provocando uma ruptura.

A crise é entendida como um período não só de queda no produto total da economia, mas também de ruptura na estruturasocial, institucional e política, que deu sustentação à acumulação até a sua eclosão, sendo sucedida por modificações no uso do espaço (Piquet, 2007, p.

89).

A década de 70 é um momento em que ocorre uma ruptura com o modelo pretérito. Enquanto nos países centrais os setores da indústria que abarcam mais investimentos de tecnologia de ponta, como a informática, eletrônica e biotecnologia, a produção passa a ser reestruturada, menos centralizada, e cujo nome dado é Regime de Acumulação Flexível. Esse é o momento em que ocorrem vários processos socioespaciais de reestruturação do espaço nacional (Monte-Mór, 2007) no qual o capital passa a circular com mais fluidez, as cidades médias passam a ter um papel de intermediação entre as metrópoles, ocorrendo uma profunda divisão social do trabalho e novo fenômenos como a subcontratação: é o período no qual o trabalhador vai perdendo seu poder de negociação, devido a todas essas mudanças no padrão de produção industrial. A produção flexível impôs novos requisitos, uma vez que depende da rápida mobilização e sustentação de recursos (trabalho qualificado) e de complexas relações entre firmas. A mudança em direção à flexibilidade seria marcada por uma reconcentração geográfica da produção, que faria surgir formas específicas de aglomerações, tais como as cidades científicas, tecnopolos e os novos distritos industriais (Piquet, 2007).

Esse conjunto de mudanças na economia fez com que o espaço geográfico fosse alterado também, produzindo no país novos espaços e cidades. Foram criados empreendimentos públicos em áreas cada vez mais isoladas do país, como Carajás no Pará, a Aracruz Celulose no Espírito Santo, a Açominas em Ouro Branco (MG), dentre outros. Vimos um novo capítulo da industrialização, no qual a indústria passa a ter uma produção mais especializada, onde a sua expressão máxima é as cidades-empresa. Nesses locais ocorre uma produção com um grau tão alto de especialização, em que toda a cidade para sustentar a estrutura de produção de um único setor, obtendo um grau de dependência econômica excepcional. Quanto à Açominas, eram produzidos apenas tarugos, sendo que não havia um grande mercado para esse produto a nível mundial, fazendo com que a empresa diminuísse o preço do produto. Ao longo dos anos de seu funcionamento, a indústria desenvolveu vários problemas que levou a uma situação de insolvência financeira no início dos anos 1990 (Greco; Coutinho, 2002).

Na década de 1990 assistimos a uma série de privatizações no setor econômico. O motor dessas privatizações foram as ideias da economia neoliberal que tiveram em

ascensão nesse período. Basicamente, de acordo com essa corrente, o Estado deve se retirar e passar a responsabilidade da produção industrial, dos serviços bancários, energia, telecomunicações, transporte e toda a infraestrutura para o capital privado. A premissa é de que, sendo assim, as empresas fariam uma gestão mais estratégica e menos burocrática, levando a uma desoneração do Estado sobre essas funções, acarretando menos gastos etc. Essas ideias tomaram força devido ao alto índice de endividamento de algumas empresas públicas, ao passo em que os meios de comunicação e a opinião pública, no geral, ajudaram a endossar esse discurso.

A administração federal propõe provocar denominado choque modernizador, centrado no livre jogo das forças de mercado. O Poder Executivo inicia sua gestão com um radical programa de estabilização, focado em medidas de curto prazo voltadas ao controle do déficit público e do processo inflacionário. O documento com o nome de Diretrizes Gerais para a Política Industrial e Comercial divulga os principais componentes da atuação do Governo Federal para uma retomada do crescimento, tendo como objetivos: o alcance de um novo padrão de desenvolvimento, a redefinição do papel do Estado, a atenuação das disparidades econômicas, sociais e regionais, a valorização do trabalho e a preservação do meio ambiente (Piquet, 2007).

Nessa nova etapa da industrialização brasileira, o Estado teria participação cada vez menor como agente produtor direto, e os incentivos governamentais de natureza creditícia e fiscal seriam dirigidos especialmente às empresas que atuassem em setores prioritários para a capacitação tecnológica ou executassem projetos de pesquisa e desenvolvimento. [...] A percepção de que a globalização seria um fenômeno universal e inescapável criou uma onda de abertura econômica, de privatização e de desregulamentação, e a elite brasileira aderiu, majoritariamente e de forma quase incondicional, às teses neoliberais (Piquet, 2007, p. 87).

Dessa forma, o discurso modernizador, na prática, fez com que o Estado retirasse uma série de incentivos, subsídios, direitos trabalhistas, que levaram a muitos desempregos. A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) e, com isso, a mão de obra alocada na empresa sofreu uma redução de 25%, tendo essa redução afetado, principalmente, a mão de obra alocada em Volta Redonda-RJ, mas acarretaram efeitos na economia de Congonhas e, portanto, do Alto Paraopeba. A empresa foi privatizada no ano de 1993. A Açominas também foi incluída no PND e, a diretoria que assumiu a empresa, promoveu profundas mudanças e cortes, sendo o principal deles o corte de 45% da

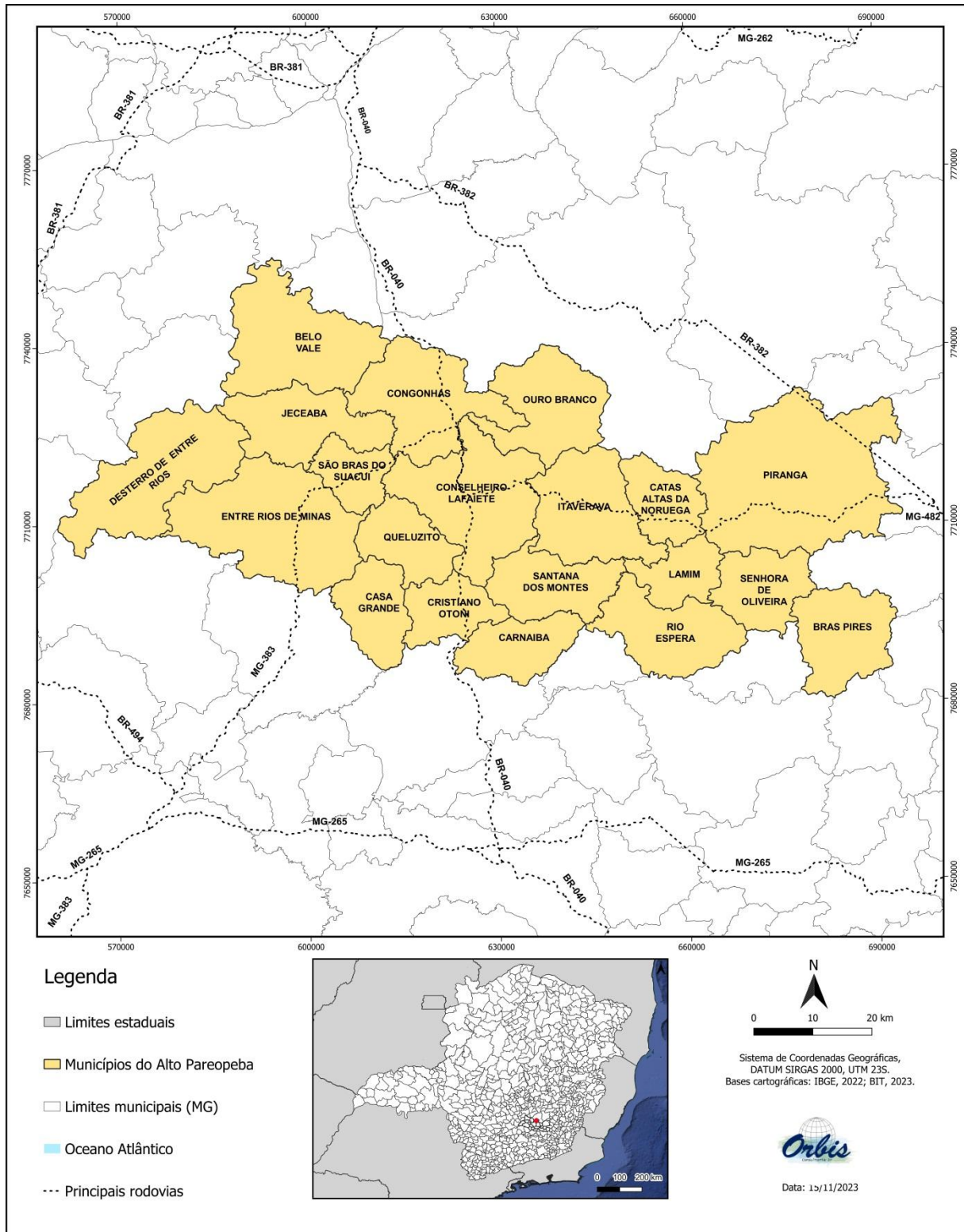
mão de obra, passando de 11.500 funcionários em abril de 1990 para 6.500 em setembro de 1993. No mesmo mês, a Açominas foi privatizada, sendo vendida por US\$ 598,5 milhões para o consórcio Mendes Júnior, considerado o segundo maior ágio ocorrido nos leilões de privatização, até àquela época (Greco; Coutinho, 2002). No ano de 2002 a empresa é vendida para a Gerdau e permanecendo até os dias atuais.

Uma unidade, a seguir, tratará de analisar um evento importante não só em Ouro Branco, mas no Alto Paraopeba, que foi a formação de um Consórcio Regional, o CODAP. Este, foi uma tentativa de integração dos municípios da região, em torno da atividade industrial, em uma época de grande ascensão da indústria de base no país.

7 AS RELAÇÕES ENTRE O SETOR INDUSTRIAL E A REGIÃO DO ALTO PARAOPEBA

A região conhecida como Alto Paraopeba possui um histórico marcado pela mineração aurífera, dada sua grande riqueza mineral. Após o ciclo do ouro, no final do século XVIII, foram feitos vários estudos geológicos a fim de buscar novos minerais, sendo que o minério de ferro é abundante na área. Assim, essa região foi denominada de Quadrilátero Ferrífero, que é delimitado por quatro serras principais: ao norte, pela Serra do Curral; ao sul, pela Serra de Ouro Branco; à oeste, pela Serra da Moeda; e à leste, pela Serra do Caraça (Mello *et al.*, 2010, p. 5).

Figura 16 - Municípios que Compõem o Alto Paraopeba



Fonte: elaborado pelo autor.

Do ponto de vista hidrográfico, a região do Alto Paraopeba abrange o alto curso de rio de mesmo nome, situado à sudeste do estado de Minas Gerais com uma área de cerca de 2 mil km². As nascentes se situam no município de Cristiano Ottoni, a

1.140m de altitude e a foz da bacia hidrográfica se dá no lago da represa em Três Marias-MG. A bacia do rio Paraopeba se divide em três segmentos, o alto, médio e baixo curso, numa divisão que leva em consideração os aspectos hidrológicos, socioeconômicos, ambientais, culturais e políticos. Cada segmento da bacia possui uma cidade média de referência sendo elas, respectivamente, Conselheiro Lafaiete, Betim e Sete Lagoas (Vargas, 2012) e, no total, abrangendo 13 municípios: Desterro de Entre Rios, Belo Vale, Jeceaba, Entre Rios de Minas, Congonhas, São Brás do Suaçuí, Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete, Queluzito, Casa Grande, Cristiano Otoni, Itaverava, Santana dos Montes, Carnaíba, Catas Altas da Noruega, Lamim, Rio Espera, Piranga, Senhora de Oliveira e Brás Pires.

Em termos de características naturais, o Alto Paraopeba está situado em uma área de transição entre Cerrado e Mata Atlântica, possuindo diversas espécies da fauna e flora, algumas já ameaçadas de extinção. O Parque da Serra de Ouro Branco possui grande importância biológica com espécies endêmicas consideradas prioritárias para conservação da diversidade da flora em Minas Gerais. Em seus 7,8 mil hectares, ele abriga inúmeras nascentes e cursos d'água que contribuem para a formação das bacias dos rios Doce e São Francisco. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em Ouro Branco está situado o Monumento Natural Estadual do Itatiaia, com 3,2 mil hectares, localizado no ponto de interligação das serras de Ouro Branco, do Itatiaia e Bico de Pedra e, em Jeceaba, o Monumento Natural Estadual da Serra do Gambá, com 422 hectares. Essa é uma área remanescente de Mata Atlântica criada como contrapartida à implantação do Distrito Industrial no município. Além dessas Unidades de Conservação, existem algumas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), criadas pelas empresas mineradoras e siderúrgicas, destacando-se a RPPN Luís Carlos Tamassia, que pertence à empresa Gerdau com 1.247 hectares, localizada no sopé da Serra de Ouro Branco. Somado a tudo isso, o rio Paraopeba possui uma rica fauna de peixes, que contribuem para a diversidade de espécies no conjunto da bacia do rio São Francisco (Vargas, 2012).

Assim, ficam explicitados os critérios que foram utilizados para delimitar a região do Alto Paraopeba, por se tratar de uma região com grande biodiversidade de fauna e flora, ser o local de nascentes e marcada por um passado de intensa exploração aurífera. Na atualidade, essa região tem como principal, atividades das indústrias minero-siderúrgicas que, apesar de realizadas de formas modernas, tem-

se a mesma base calcada na exploração mineral. Percebe-se, também, que algumas áreas naturais funcionam como moedas de troca em relação aos impactos ambientais gerados por tais atividades.

Na segunda metade do século XX, com a industrialização brasileira, algumas indústrias se instalaram na região, sendo as maiores, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Congonhas, e a Açominas em Ouro Branco. Durante esse momento, essas cidades passaram por um grande crescimento populacional, enquanto outros municípios, como Belo Vale, Entre Rios de Minas e Jeceaba, dotados de uma economia predominantemente agrária, não experimentaram esse mesmo crescimento. O município de Congonhas alcançou taxas de crescimento da população bastante altas nos anos 1960 e 1970 devido à implantação das siderúrgicas e mineradoras, enquanto o município de Conselheiro Lafaiete experimentou esse crescimento somente na década de 1970. Já Ouro Branco, entre os anos de 1970 e 1980, apresentou taxas de crescimento superior a 6% ao ano, período que coincide com a construção e iniciação das atividades da siderúrgica Açominas (Vargas, 2012). Portanto, este tópico abordará o papel que a indústria possui na produção do espaço regional do Alto Paraopeba.

De acordo com a perspectiva adotada neste trabalho, Ouro Branco tem características de uma cidade empresa (Piquet, 1998), como já discutido em seções anteriores, mas quando abordamos em uma escala regional, será levado em consideração também o papel do município em relação aos demais, utilizando dos conceitos da pesquisa liderada por Amorim Filho, na década de 1980, onde se realizou uma hierarquização das cidades de Minas Gerais classificando-as como cidades médias, replicando essa mesma pesquisa nas décadas de 1990 e 2000, a fim de atualizar os dados. Essas cidades foram classificadas em: Grandes Centros Regionais, Cidades Médias de Nível Superior, Cidades Médias Propriamente Ditas e Centros Urbanos Emergentes.

A metodologia utilizou algumas variáveis quantitativas e trabalhos de campo para determinar o porte das cidades pesquisadas, tendo como variáveis: o crescimento da população urbana, as migrações, a distribuição setorial da população ativa, os equipamentos e relações do setor industrial, a infraestrutura de comunicação em geral e a posição da cidade considerada na rede urbana regional. Isso contribuiu para evitar uma mera classificação baseada no contingente populacional, ainda que este seja um atributo a ser observado. Os municípios de Conselheiro Lafaiete,

Congonhas e Ouro Branco são os únicos que aparecem na pesquisa.

Os Grandes Centros Regionais têm como característica uma população urbana acima de 400.00 habitantes, uma “economia saudável” e equilibrada em seus setores secundário e terciário. “Polarizam vastos espaços regionais e mantêm relações econômicas, culturais e demográficas com até mesmo cidades fora de Minas Gerais” (Amorim Filho *et al.*, 2007, p.9). Dentro dessa classificação estão as cidades médias de nível superior, possuindo entre 70.000 e 200 mil habitantes e são cidades que se desenvolveram paralelamente à indústria, setores de comércio e serviços dinâmicos, e são cidades em crescimento e com estruturas bem consolidadas. Somente dois municípios enquadraram nesse conceito, Juiz de Fora e Uberlândia. As cidades médias de nível superior na qual Conselheiro Lafaiete está inserida:

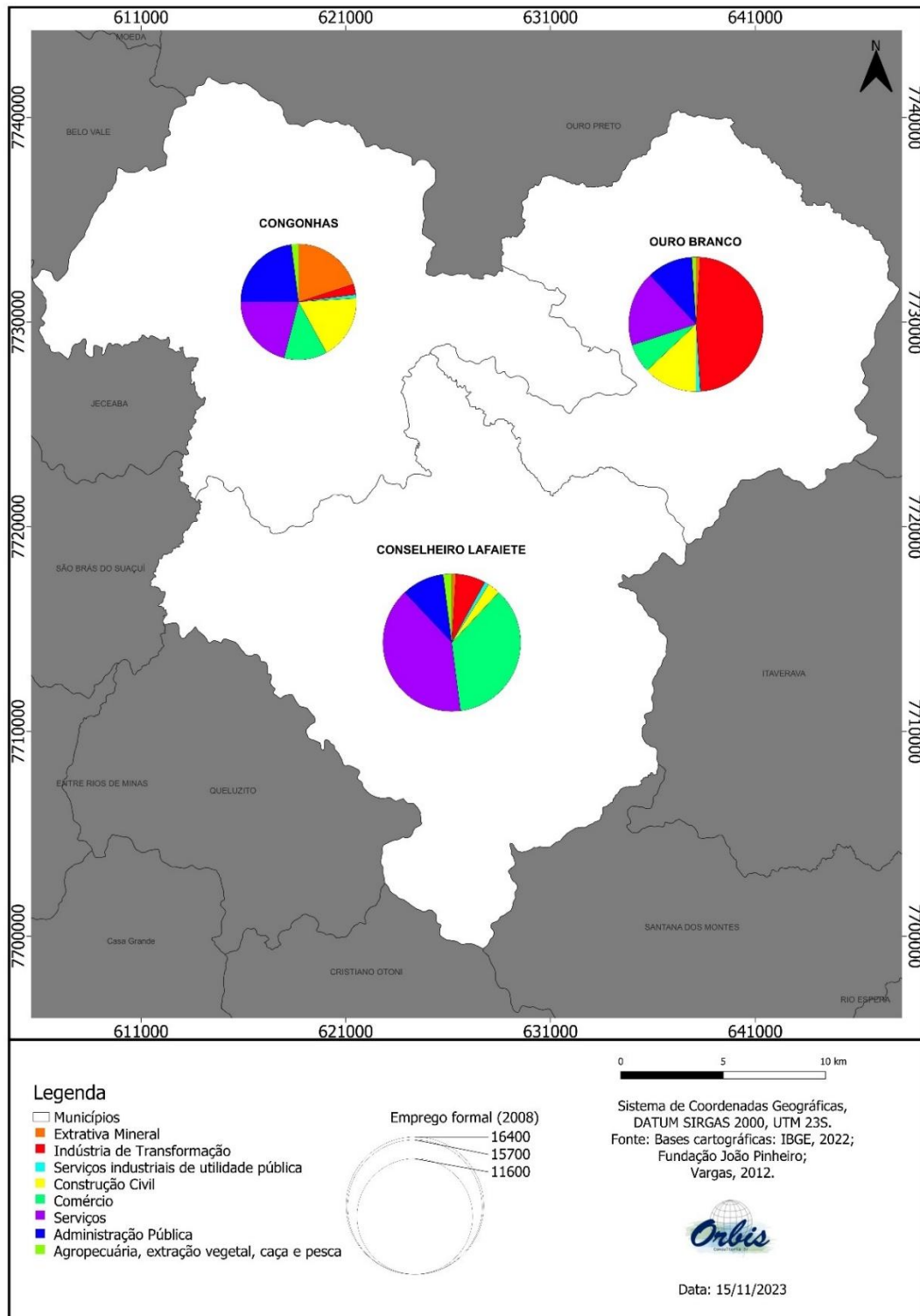
São cidades sempre visualizadas, em qualquer hierarquização, como cidades médias, quando se trata de classificações que cobrem todas as cidades do Estado. No interior de suas próprias regiões, são encaradas pela população regional como cidades grandes. São cidades que possuem um dinamismo demográfico, cerca de 70.000 até 200.000 habitantes e desenvolveram paralelamente à indústria, dinâmicos setores de comércio e serviços. Assim, essas cidades, além de fortalecerem sua posição e suas ligações no domínio regional, começam a estender essas ligações a pontos situados para além desses domínios. São em síntese, cidades de estruturas já bem consolidadas e cujo crescimento futuro parece, sem dúvida, assegurado (Amorim Filho *et al.*, 2007, p.9).

Ouro Branco e Congonhas estão inseridas como Centros Urbanos Emergentes:

Nível hierárquico formado por cidades que se encontram na faixa transicional entre as pequenas cidades e as cidades médias. Em termos demográficos, normalmente os centros emergentes não chegam a 50.000 habitantes na sede municipal. A economia desses municípios em geral se encontra em fase de reestruturação podendo, portanto, apresentar desequilíbrios intersetoriais. Em muitos desses centros emergentes, observam-se importantes ligações com o mundo rural que os envolve (Amorim Filho *et al.*, 2007, p.10).

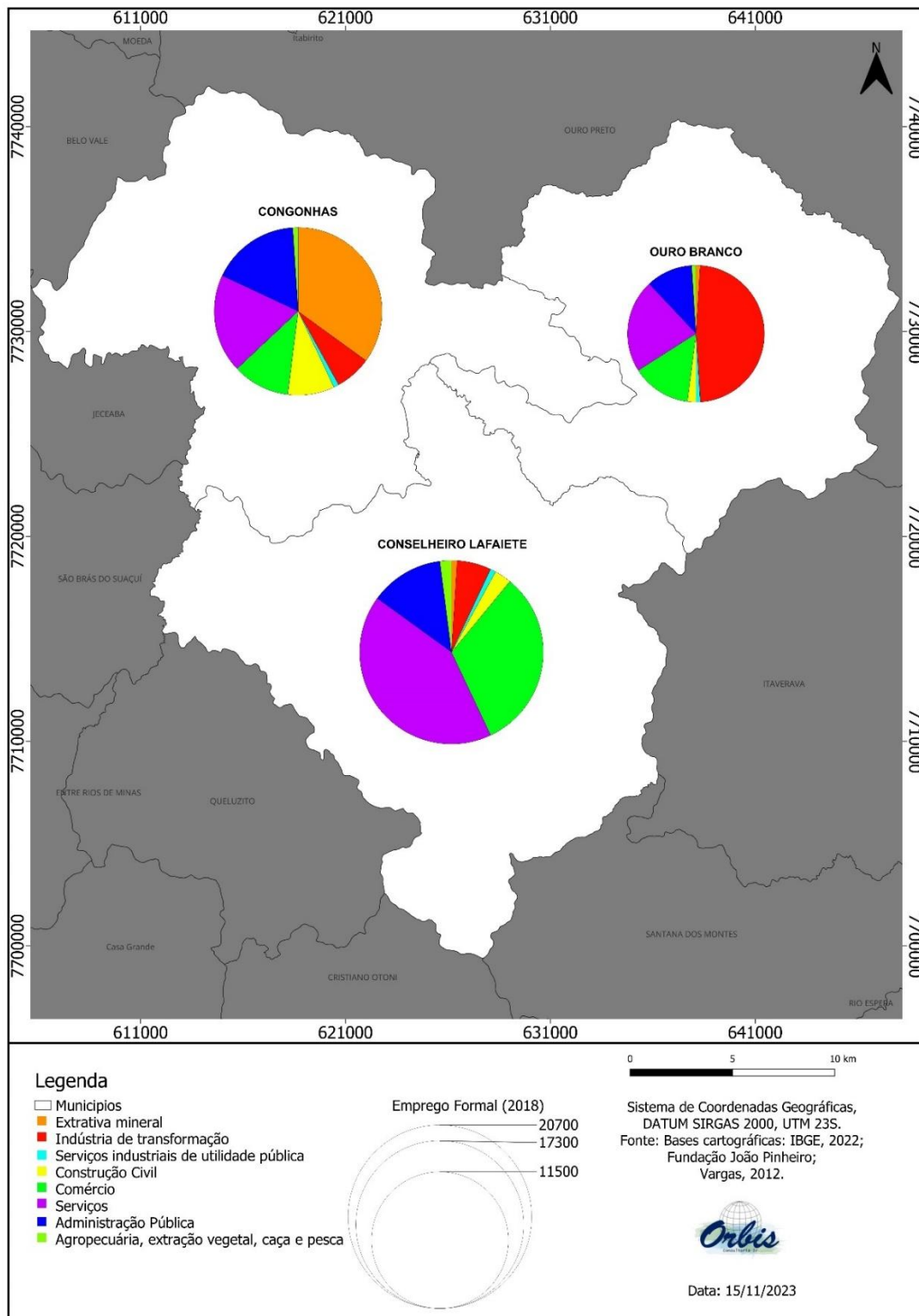
Segue abaixo um mapa que aborda a porcentagem do emprego formal nas três cidades, no ano de 2008 e dez anos depois. Esse intervalo temporal foi selecionado devido a segunda metade da década de 2000 ter sido marcada por maciços investimentos do setor industrial no Alto Paraopeba.

Figura 17 - Empregos por setor (2008)



Fonte: elaborado com base em Batista (2021).

Figura 18 - Empregos por setor (2018)



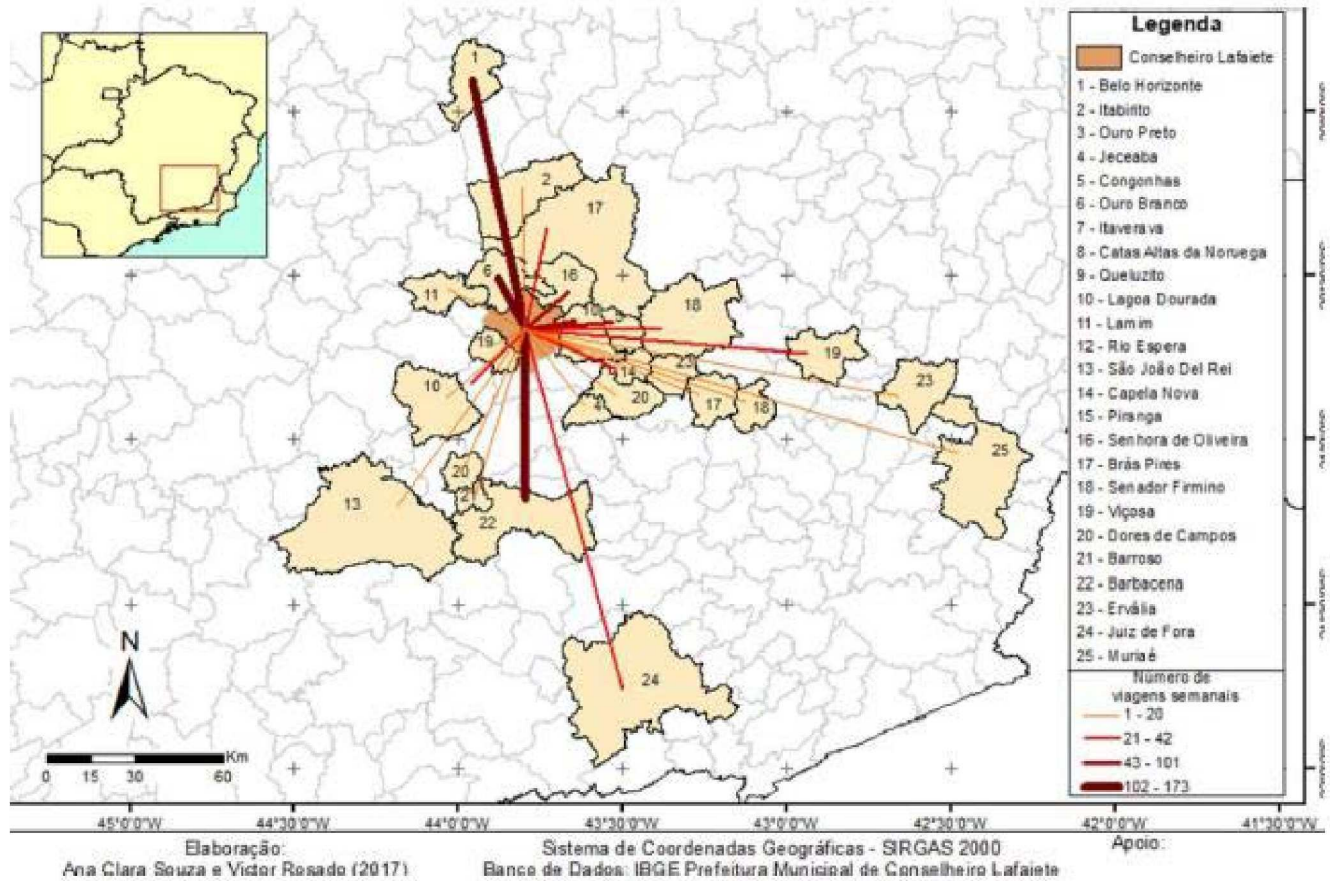
Fonte: elaborado com base em Batista (2021).

O município de Conselheiro Lafaiete possui a maior porcentagem de empregos no terceiro setor e a indústria emprega não mais que 10% da população. A cidade

possui estabelecimentos de ensino, como de cursos profissionalizantes, técnicos e de ensino superior. Conforme Amorim Filho (2007) afirma, essas cidades médias de nível superior possuem uma ligação com as cidades menores do entorno. Tanto no ano de 2008 como em 2018, não é percebido significativas alterações nas tendências de emprego. Em Congonhas a atividade extrativa mineral passa a empregar mais e em Conselheiro Lafaiete ocorre um crescimento do setor de serviços.

O estudo de Pereira (2019) analisou o número de viagens semanais de ônibus partindo de Conselheiro Lafaiete, conforme o mapa a seguir evidencia:

Figura 19 - Viagens Semanais Partindo de Conselheiro Lafaiete-MG



Fonte: Pereira (2019).

É percebido que os municípios que mais possuem ligações com Conselheiro Lafaiete é a capital do estado, Belo Horizonte, assim como Barbacena, Ouro Branco e Congonhas. Existe um considerável movimento pendular entre esses três municípios: Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco.

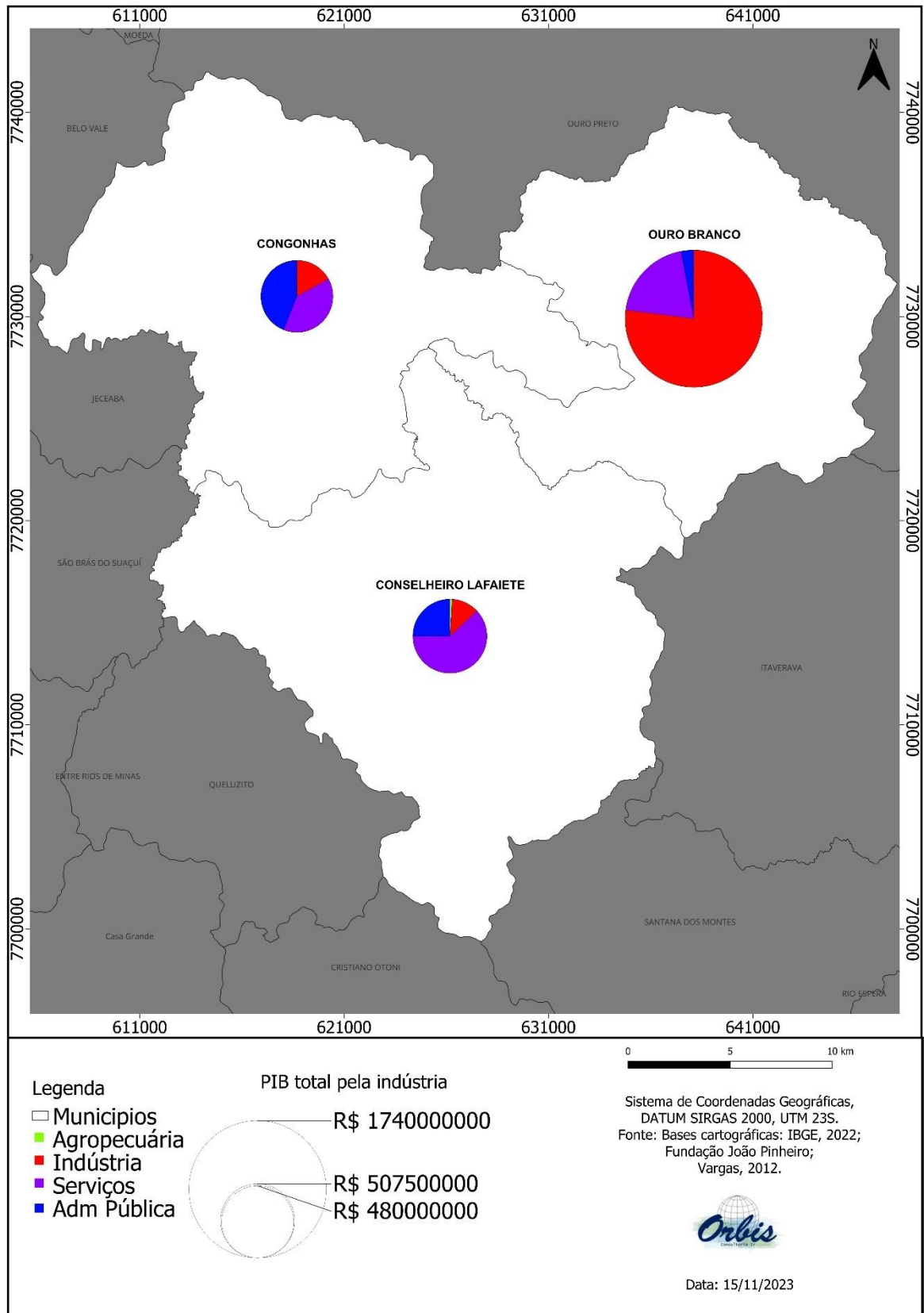
Conforme abordado nas figuras 18 e 19, Congonhas possui uma diversificação

maior no que relaciona a participação no emprego, sendo os setores que mais empregam os da indústria extrativa mineral e serviços. Porém, é verificado que grande parte do setor de serviços do município está relacionado à atividade da mineração, tais como a manutenção em veículos, máquinas, transporte, hospedagens e alojamentos para funcionários.

Já o município de Ouro Branco tem na indústria de transformação a metade dos empregos formais do município, dado o peso que a siderurgia possui. Como Amorim Filho (2007) afirma, nestes centros emergentes, pode haver desequilíbrios intersetoriais, fazendo com que apenas um seja responsável pela maior parte dos empregos no município. Também é levado em consideração o setor da construção civil que, em Ouro Branco, é utilizado para obras de engenharia nas instalações da usina. São empresas terceirizadas que prestam serviços à Gerdau, e seus funcionários residem em alojamentos por períodos de meses até o término das obras. O setor dos serviços, assim como em Congonhas, tem uma demanda considerável do setor industrial.

O mapa abaixo mostra a participação do setor industrial nos principais municípios do Alto Paraopeba, apresentando o Produto Interno Bruto dos municípios e a participação por cada setor, utilizando do mesmo recorte temporal nos mapas das figuras 18 e 19.

Figura 20 - PIB por Setores (2008)

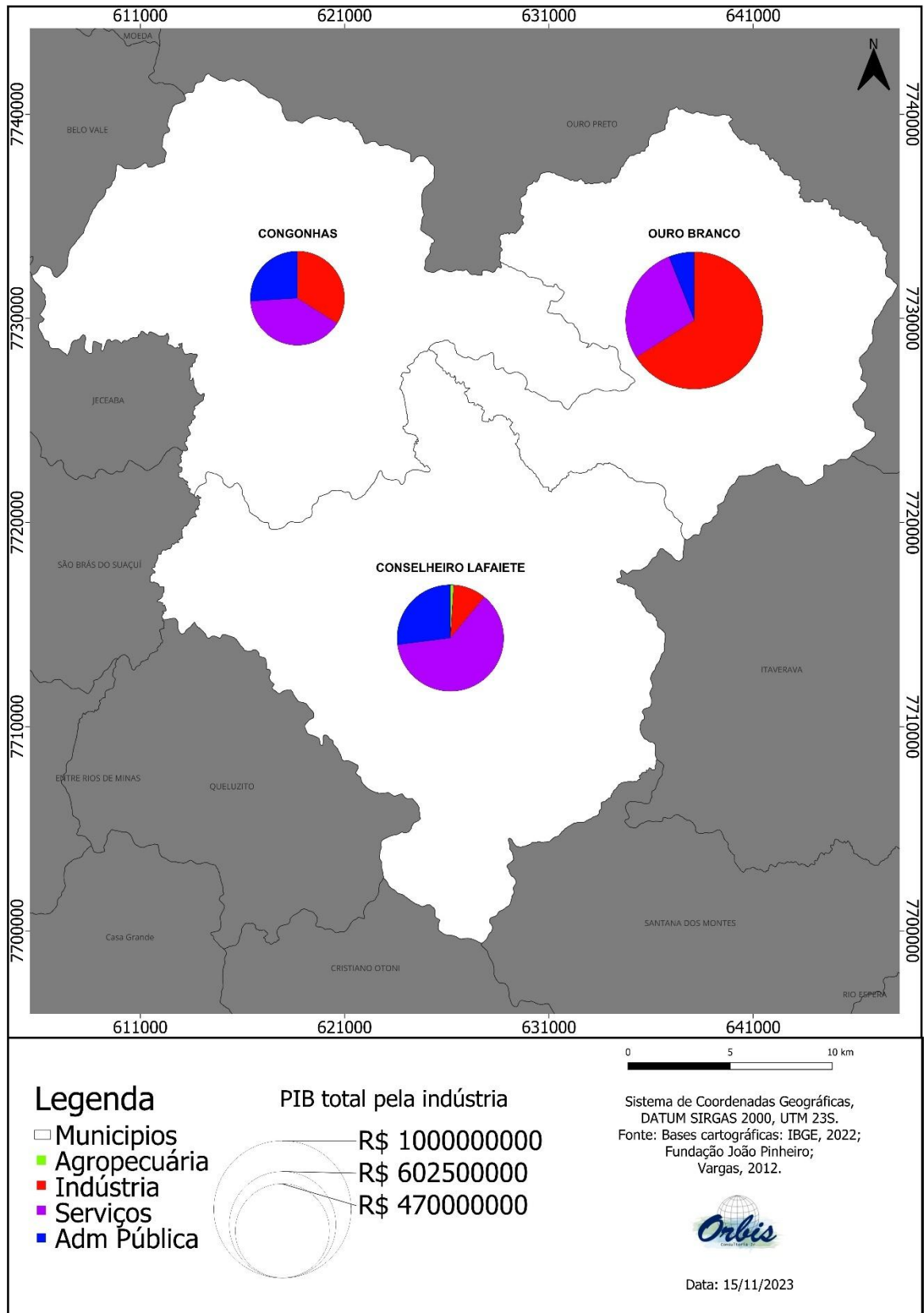


Fonte: elaborado com base em Batista (2021).

Através da leitura do mapa constata-se que no município de Ouro Branco a indústria possui um peso considerável no PIB, representando mais de três quartos e, embora, os municípios de Congonhas e Ouro Branco sejam centros emergentes, a agropecuária não possui uma participação efetiva na economia. Amorim Filho (2007) afirma que neste grupo há significativas ligações com o mundo rural que os envolve, no caso de Ouro Branco e, no caso de Congonhas, grande parte da área rural do município é tomada por empresas mineradoras, assim a terra não é local de produção agropecuária, mas de exploração mineral.

O mapa abaixo apresenta o PIB por setores nestes três municípios, porém dez anos depois, 2018.

Figura 21 - PIB por setores (2018)



Fonte: elaborado com base em Batista (2021).

Em 2018 foi constatado um crescimento do setor industrial em Congonhas, sendo o setor da indústria extrativa mineral o responsável por esse crescimento. Um capítulo adiante tratará com detalhes dos investimentos nos setores da mineração e siderurgia, aplicados na região do Alto Paraopeba a partir da segunda metade da década de 2000. Embora estes investimentos sejam geradores de emprego e renda, eles também causam uma série de impactos nos municípios. A atividade mineradora é notadamente causadora de impactos ambientais como o desmatamento, poluição de nascentes e cursos d'água, ruídos e movimentação de veículos de grande porte nas cidades. O município de Congonhas pode ser considerado economicamente dependente da mineração, uma vez que essa atividade representa a maior porcentagem de empregos e geração de riqueza através da participação no PIB.

Ouro Branco segue uma tendência parecida, sendo a atividade industrial da siderurgia a que possui uma enorme participação na geração de empregos e no PIB do município. Conforme abordado em capítulos anteriores, a cidade possui características de cidade-empresa (Piquet, 1998) sendo uma espécie de apêndice da atividade industrial. Conselheiro Lafaiete segue a tendência da maioria das cidades médias, que possuem uma economia equilibrada entre os setores secundário e terciário (Amorim Filho *et al.*, 2007).

Dessa maneira, um outro aspecto relacionado a região do Alto Paraopeba, é de uma certa forma, um prejuízo devido à proximidade com a capital Belo Horizonte, a menos de 100 km de distância, na qual parte dos serviços prestados na região estão instalados na capital, o que limita o desenvolvimento de funções mais complexas das cidades. Os capítulos seguintes tratarão do Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP, que foi uma tentativa de integração regional na região.

7.1 BREVE HISTÓRICO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS NO BRASIL

A partir da Constituição de 1988, a construção de redes, chamadas de Consórcios Públicos, tem tomado força no país e são inúmeras formas de consórcios, para fins variados. No ano de 2006 houve uma mudança na lei os consórcios puderam ser enquadrados como Pessoa Jurídica de Direito Público. Até 2006, o Consórcio Intermunicipal previa acordos muito semelhantes aos convênios, nos quais eram livremente firmados entre as partes, sem imposições ou restrições ditadas por

legislação específica (Lei nº 8.080/90), exceto para o SUS (Brasil, 1990), e eram constituídos por entes da mesma esfera de Governo, além de que se tratavam de Pessoa Jurídica de Direito Privado. Já a partir de 2006, com a nova lei, o Consórcio Público passou a prever acordos claramente diferentes dos convênios e firmado entre as partes segundo legislação federal específica (Lei nº 11.107) (Brasil, 2005); constituído por entes de mesmas ou diferentes esferas de Governo; dotado de personalidade jurídica - Associação Pública de direito público e natureza autárquica (Ribeiro, 2011). Assim, o primeiro Consórcio Público sob este regime em Minas Gerais é o Consórcio de Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP, do qual trataremos nesse tópico.

Segundo Ribeiro (2011), fazer parte de um consórcio intermunicipal possui algumas vantagens tais como:

- Ganhos crescentes de escala: quanto maior a população atendida, menores são os custos de manutenção da estrutura que presta esses serviços, pois essa deixa de ser subutilizada;
- Maior facilidade encontrada na captação de recursos: uma vez que os consórcios representam sempre grupos de municípios, esses tendem a ser vistos como prioridades – em relação aos pedidos feitos por municípios isolados – pelas fontes de recursos. Assim o consorciamento, concebe o equacionamento de problemas em escala regional, permitindo a criação de uma rede, visando solucionar problemas cujas consequências dificilmente se limitam a atingir apenas a um município;
- Ampliação de receitas, como por exemplo, através da gestão de resíduos sólidos, há possibilidade de obtenção de recursos a partir dos produtos resultantes da reciclagem e da compostagem, assim como do repasse de ICMS ecológico (Lei Estadual nº 13.803/00) (Minas Gerais,2000);
- Identificação de atividades e problemas, com uma minimização de divergências políticas entre as Prefeituras, através de um fortalecimento político da região, compras coletivas, fiscalização tributária conjunta, implementação de mecanismos de articulação e colaboração mútua, formulação e execução de políticas regionais com redução de custos operacionais.

Laczynssky (ano *apud* Ribeiro, 2011), afirma que os consórcios públicos têm a função de primeiro, reduzir a pobreza nas periferias das áreas metropolitanas do Brasil, em temas relativos a assentamentos precários informais, exclusão social e espacial existente. Mas tratando-se do Brasil, construir uma atmosfera de integração e que tenha essa visão das cidades é algo demorado. É muito comum na administração pública, as políticas públicas possuírem um ciclo de vida que se inicia nos processos pré-decisórios de formação de uma agenda, passando para um próximo ciclo que é o processo decisório e depois a formulação de uma política em si. Por último a política pública é implementada. Para o autor, seria mais eficaz que as políticas públicas fossem elaboradas para responderem a algum problema específico e em seguida seriam formatados os procedimentos e estruturas disponíveis.

Outro ponto importante quanto às possibilidades de atuação dos consórcios, é relativo aos processos inovadores, uma vez que é mais fácil construir políticas e programas inovadores em conjunto do que individualmente, cada município fazendo o seu. Nesse ponto, é fundamental a união das prefeituras com universidades e instituições de pesquisa. Um exemplo é o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável das regiões do Planalto Médio e Alto Jacuí (COMAJA), em Ijuí-RS, que reuniram prefeitos, secretários municipais, universidades e a Emater/RS-Ascar para tratar de temas ambientais.

Outro caso que Ribeiro (2011) cita é o Consórcio Integrado do Contestado-CINCO, na região do meio oeste catarinense, sendo uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público. Esse consórcio objetiva a união dos municípios da região do contestado para a formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, articulando, integrando os municípios pertencentes e captando recursos para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis (Cinco, s/d).

De acordo com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (2010), de maneira geral, os consórcios possibilitam o aumento da capacidade de realização, a qual se resume em ampliação dos governos municipais em atendimento aos cidadãos e no alcance das políticas públicas por conta da disponibilidade maior de recursos e do apoio dos demais municípios; na maior eficiência do uso dos recursos públicos, tratando-se do caso dos consórcios cuja função central é o compartilhamento de

recursos escassos, de máquinas de terraplanagem a unidades de saúde ou unidades de disposição final de resíduos sólidos; da realização de ações inacessíveis a uma única prefeitura, sendo que o consórcio intermunicipal pode criar condições para que seja possível atingir resultados que não seriam possíveis a nenhuma prefeitura isoladamente, ou mesmo à soma dos esforços individuais de cada uma delas; aumento do poder de diálogo, pressão e negociação dos municípios; aumento da transparência das decisões públicas; aprendizado e Inovação; e a sustentabilidade político-institucional, técnico-operacional e financeira (Ribeiro, 2011).

Rua (2009 *apud* Ribeiro, 2011), coloca sobre a importância das articulações regionais para a implementação de políticas públicas. Mesmo em nível local, para o sucesso da política é importante os vínculos entre diferentes organizações e agências públicas.

Mais adiante será feita uma contextualização do Alto Paraopeba, região na qual Ouro Branco está inserida e onde foi formado o Consórcio para o Desenvolvimento para o Alto Paraopeba - CODAP.

7.2 A CRIAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA - CODAP

A partir de 2005 com incentivos oferecidos pelas prefeituras e pelo Governo do Estado, através de sua agressiva política de atração de investimentos, diversos empreendimentos de grande porte foram viabilizados na região para os próximos anos, tais como a implantação de distritos industriais, duas grandes siderúrgicas, duas pelotizadoras, duas novas mineradoras e mais a ampliação de outras indústrias. Foram investimentos privados que totalizam cerca de R\$ 22 bilhões, provenientes do estabelecimento ou expansão das atividades das empresas Vallourec&Sumitomo Tubos do Brasil (VSB), CSN, Gerdau Açominas, Vale e Ferrous, e que impactaram diretamente sete municípios, com uma população total de cerca de 220 mil habitantes e em menor grau uma população de 40 mil habitantes do entorno, que compreende nove municípios. O número de empregos diretos foi estimado em 17 mil e 40 mil empregos indiretos na região. Outros 40 mil seriam criados durante a fase de obras (Mello *et al.*, 2010).

Todo este processo de investimentos privados na região causou uma grande preocupação das autoridades estaduais, municipais e dos atores locais, tendo em vista a grande população que migraria para a região, bem como pela necessidade de aumento da oferta dos principais serviços públicos, ou seja, a região estava na iminência de grande modificação tanto em âmbito social como econômico. Os impactos vão além dos limites territoriais dos municípios que receberam os grandes investimentos, e se estenderam por toda a região. Empregos, novos serviços e atividades, crescimento urbano, demandas públicas por educação, saúde, assistência social, segurança, transporte e logística, bem como a inovação e os desafios tecnológicos são alguns que podem ser elencados para esse conjunto de municípios (Mello *et al.*, 2010, p. 7).

A ideia inicial de formação de um consórcio partiu do Prefeito de Congonhas, Anderson Cabido, no ano de 2002, e do Deputado Estadual Padre João, do Partido dos Trabalhadores. Foram realizadas reuniões entre os Prefeitos dos municípios de Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí. Posteriormente os governos estadual e federal foram contactados, no que culminou sobretudo no Plano de Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba. Por parte de iniciativas regionais, alguns encontros foram realizados e assim foi redigido o Protocolo de Intenções do CODAP. Ele foi aprovado pelas respectivas Câmaras Municipais (Vargas, 2012).

No ano de 2007, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU, começou a trabalhar de forma conjunta com as prefeituras dos municípios impactados e assim começaram a estruturar o que veio a ser o CODAP, o primeiro consórcio público do Brasil. No primeiro momento foi feito pelas Secretarias do Estado, da União, dos municípios e pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, da UFMG, um planejamento estratégico e um ordenamento territorial de modo a otimizar os impactos gerados por esses investimentos. Em um momento posterior as ações seriam implementadas nos territórios através da ação pública e privada.

Dessa forma, e em harmonia com as estratégias setoriais de Integração Territorial Competitiva e Rede de Cidades presentes no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), das quais apontam respectivamente para a adoção de ações diferenciadas de integração espacial de acordo com as especificidades inerentes a cada espaço geoeconômico do estado e para constituição de uma rede de cidades criativas, dinâmicas, seguras e bem cuidadas, a SEDRU propôs o projeto Planejamento e Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba (Mello

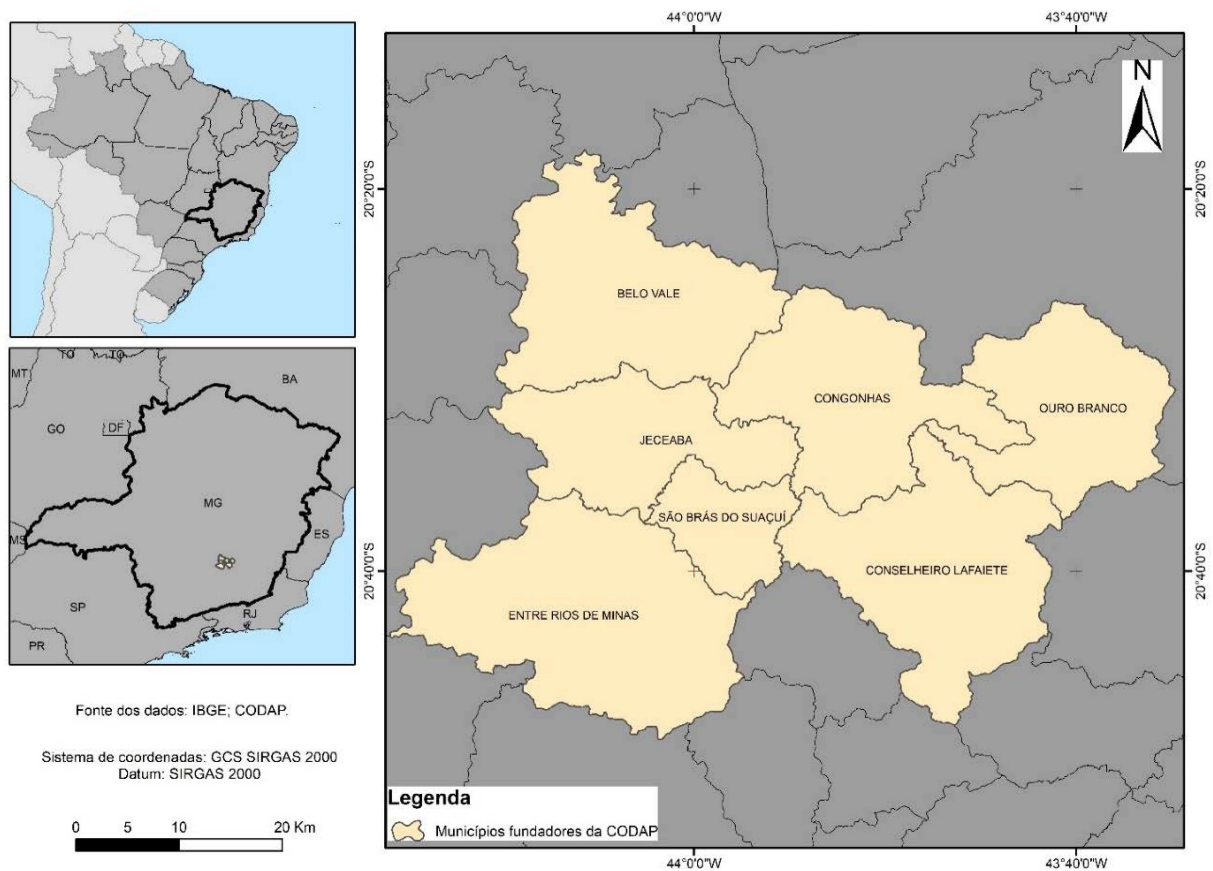
et al., 2010).

Assim esse plano visava a criação de uma região empírica que, através dos estudos realizados, ficou mais claro, quais municípios seriam os mais impactados e assim possibilitou a inserção deles no Consórcio.

O conjunto de informações socioeconômicas e demográficas desenvolvidas no Plano de Desenvolvimento serviu de suporte para definir uma região empírica, a qual corresponde a uma região de referência do CODAP em termos de suas articulações internas e externas. Pode-se, desta forma, desenvolver um conjunto específico de políticas públicas visando o desenvolvimento futuro da região como um todo” (Mello *et al.*, 2010, p. 8).

O mapa abaixo mostra os municípios pertencentes ao CODAP no ano de sua formação.

Figura 22 - Municípios pertencentes ao CODAP em sua formação



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A área de impactos do projeto corresponde a um total de dezesseis municípios, abrangendo atualmente aproximadamente um somatório de 259.504 habitantes, sendo destes 221.709 habitantes pertencentes à região dos municípios do CODAP e 37.795 dos municípios no entorno. A análise refere-se aos municípios da região de referência do CODAP (Belo Vale, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre Rios de Minas, Jeceaba, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí) e os municípios do entorno (Caranaíba, Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Cristiano Ottoni, Desterro de Entre Rios, Itaverava, Piedade dos Gerais, Queluzito, Santana dos Montes) (Mello *et al.*, 2010).

A tabela abaixo informa os investimentos que foram realizados na região no período que compreendeu os anos de 2010 – 2015.

Tabela 01 - Investimentos no Alto Paraopeba

| Empresa/Projeto | Localização (município) | Instalação | Valor (US\$ bilhões) | Produto | Emprego Direto | Emprego Indireto |
|------------------------------------|-------------------------|------------|----------------------|---------------------------------------|----------------|------------------|
| Vallourec Sumitomo do Brasil (VSB) | Jeceaba | 2011 | 1,6 | Tubos de aço sem costura | 1.500 | 1.500 |
| CSN Casa de Pedra | Congonhas | 2011 | 0,5 | Minério de Ferro | 2.500 | 7.500 |
| CSN Siderúrgica | Congonhas | 2015 | 3,1 | Aço laminado, chapas finas e grossas | 2.500 | 2.500 |
| Ferrous | Congonhas | 2013 | 2,74 | Minério de Ferro | 1.200 | 3.600 |
| Ferrous | Brumadinho | 2015 | 1,8 | Minério de Ferro | 600 | 1.800 |
| Namisa | Congonhas | 2011 | 0,15 | Minério de Ferro | 600 | 1.800 |
| Gerdau-Açominas | Ouro Branco | 2015 | 1,5 | Tarugos, blocos, chapas, aço laminado | 826 | 500 |
| TOTAL | | | 11,39 | | 9.726 | 19.200 |

Fonte: Vargas (2012).

Esse é um momento em que forças tanto do capital, quando da administração pública reorganizam o território formado por esses municípios de maneira que atendessem às novas demandas, cuja seção seguinte abordará com maior detalhamento.

7.3 O PROJETO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAPEBA

O projeto de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba partiu da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana –

SEDRU, no qual foram buscadas parcerias com órgãos, Secretarias do Estado, da União, Prefeituras, instituições de pesquisa e empresas privadas. São elas, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), através do Polo de Excelência Mineral e Metalúrgico, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), o Ministério da Integração Nacional, o CODAP e os municípios envolvidos. O CEDEPLAR, instituto de pesquisa pertencente a UFMG foi contratada para prestar os serviços técnicos e de consultoria (Mello *et al.*, 2010).

De acordo com Mello *et al.* (2010, p. 12)

houve a participação das três esferas políticas, bem como dos diversos atores regionais, como forma de promover o desenvolvimento regional. Nesse sentido, o planejamento regional passa a ser a ferramenta para haver a convergência das políticas públicas, o alinhamento dos objetivos, eficiência na alocação dos recursos e para haver o aproveitamento dos potenciais endógenos (oportunidades) de cada região. Como primeira etapa do projeto o corpo técnico da SEDRU atuou no auxílio do processo de estruturação jurídica do CODAP, garantindo a adequação judicial da instituição aos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e seu decreto nº 6.017/07 e Lei Estadual nº 18.036/09 e decreto nº 45.083/09, de modo a lhe garantir a legitimidade necessária.

O Projeto Planejamento e Desenvolvimento do Alto Paraopeba tem como objetivo principal orientar, articular e otimizar as políticas, programas e intervenções públicas e privadas, de modo que se articulem em todas as esferas de governo, visando ao desenvolvimento da região do Alto Paraopeba. Ele é um instrumento de políticas a ser explorado pelos setores público e privado.

Os objetivos específicos do projeto podem ser divididos entre três dimensões. Uma diagnóstica, outra de administração de recursos e investimentos e uma terceira que é uma dimensão política:

- **Diagnóstico da Região:** quanto à dinâmica populacional e demandas sociais (Saneamento, Habitação, Saúde, Educação e Renda) e; impactos dos grandes investimentos na dinâmica regional através de projeções e cenários populacionais e econômicos identificando deste modo quais os agentes, processos e transformações fundamentais, que atualmente e em uma perspectiva futura, afetam e determinam um padrão de desenvolvimento regional.

- **Administração de Recursos e Investimentos:** através de uma carteira de investimentos hierarquizada de curto, médio e longo prazos que de modo a apoiar um programa de desenvolvimento regional para a promoção da maior integração regional, ordenamento territorial e contribuir para a maximização e justa distribuição do efeito multiplicador dos investimentos; obtenção de ganhos de escala a partir de uma abordagem regionalizada do planejamento.
- **Políticos:** articulando os diferentes atores atuantes da esfera pública e privada, bem como da sociedade civil, de modo a convergir para o desenvolvimento regional e; buscando junto a outros órgãos e entidades do Estado e da União, recursos e parcerias para a implementação das ações propostas.

Foi repassada ao CEDEPLAR uma verba proveniente da SEDRU no valor de R\$ 233 mil para a confecção do Plano Regional Estratégico do Alto Paraopeba (Mello, *et al.*, 2010). Foram estabelecidas duas esferas de coordenação dos trabalhos de elaboração do Plano: a **Coordenação Ampliada**, e o **Comitê Executivo**.

A **Coordenação Ampliada**, de caráter mais geral e com reuniões periódicas, foi composta por representantes da SEDRU, SEPLAG, SEDE, SECTES, DER, Ministério da Integração Nacional, CODAP e CEDEPLAR / UFMG; com abertura para os demais órgãos estaduais e federais, como o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), a Secretaria de Estado de Saúde (SES), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério de Minas e Energia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e empresas da região, como VSB, Ferrous e CSN. Através dessas interações, foi possível alinhar interesses entre as diversas instituições envolvidas. Esta esfera teve como finalidade direcionar e monitorar os trabalhos do Plano Regional Estratégico, apontando as diretrizes, validando os trabalhos já realizados, acompanhando o andamento das atividades e provendo as informações para a sua constituição.

O **Comitê Executivo** teve como finalidade mobilizar os atores locais e regionais através de reuniões com a disponibilização de informação sobre os municípios/região

e apoio logístico para os trabalhos do plano. Nesse Comitê participaram representantes da SEDRU, CODAP, CEDEPLAR/UFMG e demais prefeituras e atores regionais selecionados (Mello, *et al*, 2010).

O Plano de Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba foi confeccionado a partir de 5 produtos. A tabela abaixo mostra as características de cada um.

Tabela 02 - Etapas e Produtos para do Plano de Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba

| Produto | Etapas |
|----------|---|
| Volume 1 | Contato inicial com membros do CODAP e seleção dos atores-chave na região (setores público, privado, sociedade civil organizada); caracterização e contextualização histórica da região, bem como definição do seu processo de diferenciação regional. |
| Volume 2 | Definição da região de referência para o estudo dos municípios pertencentes ao CODAP e demais impactados; caracterização exploratória da ocupação e estruturação urbano-regional recente, para os anos de 1980 a 2005 envolvendo dinâmica demográfica dos municípios de Minas Gerais onde o CODAP atua e dos municípios do seu entorno. Caracterização da população e domicílios dos municípios, da região de referência, da meso e da microrregião envolvendo análises nas áreas de saneamento, renda, mercado de trabalho, educação e; elaboração dos questionários estruturados e semiestruturados para a pesquisa de campo com os atores regionais e locais. |
| Volume 3 | Sistematização de indicadores econômicos como renda, consumo, emprego e composição setorial; socioeconômicos, demográficos e infraestrutura urbana |

| | |
|----------|---|
| | de saneamento da região de referência, da meso e da microrregião para o período recente; caracterização da infraestrutura regional e urbana e do sistema de transporte e avaliação dos gargalos estruturais (déficit na infraestrutura pública) dos municípios, da região de referência, da meso e da microrregião. |
| Volume 4 | Sistematização dos grandes investimentos privados previstos no período 2010-2020 para a região. |
| Volume 5 | Interpretação sistêmica dos produtos até então elaborados (um a quatro) consolidando-os em um Plano Regional Estratégico. |

Fonte: (Mello *et al.*, 2010).

O Plano foi confeccionado no final da década de 2000, momento em que as projeções de investimentos nos setores da mineração e siderurgia eram enormes. A partir das informações coletadas e estimadas foram então elaborados um conjunto de políticas de curto, médio e longo prazos, as quais foram consideradas no eixo de desenvolvimento dos municípios do CODAP.

Assim, conforme a tabela abaixo mostra, os investimentos, totalizando cerca de R\$ 2,1 bilhões, que seriam realizados na região foram divididos em nove grupos: Projetos de Infraestrutura de Transporte Intrarregional, Infraestrutura de Transporte Urbano; Equipamentos e Infraestrutura de Transporte; Infraestrutura de Educação; Infraestrutura de Saúde; Habitação (Casa Popular e Terrenos); Infraestrutura Urbana (Saneamento); Reflorestament outros projetos de integração regional.

Tabela 03 - Investimentos no Alto Paraopeba

| Estimativa de Investimento | % | R\$ |
|---|---------------|-------------------------|
| Infraestrutura de Transporte Regional | 15,00 | 325.400.000,00 |
| Infraestrutura de Transporte Urbano | 3,76 | 81.643.140,00 |
| Equipamentos e Infraestrutura de Transporte | 0,26 | 5.680.660,00 |
| Infraestrutura de Educação | 2,00 | 43.391.178,03 |
| Infraestrutura de Saúde | 2,15 | 46.600.000,00 |
| Habitação (Casa Popular) | 42,53 | 922.394.999,32 |
| Habitação (Terrenos) | 20,57 | 446.210.526,32 |
| Infraestrutura Urbana | 10,37 | 224.892.750,89 |
| Reflorestamento | 0,22 | 4.750.680,00 |
| Outros Projetos | 3,14 | 68.000.000,00 |
| Projetos Total | 100,00 | 2.168.963.934,55 |

Fonte: (Mello *et al.* (2010).

A escala dos investimentos e seus impactos na região indicaram que a estrutura urbano-regional existente na região do CODAP não era suficiente para servir de aporte a tamanho crescimento esperado, no qual os investimentos iriam demandar e gerar outra organização territorial. Previu-se a formação de uma ampla área urbanizada com intenso fluxo de serviços, pessoas e produtos, de maneira que o CODAP formaria uma rede urbana pujante.

Portanto, a primeira etapa do Planejamento e Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba consistiu em um amplo levantamento dos investimentos, potencialidades e impactos de grandes projetos de expansão dos setores minero-siderúrgicos, apresentado no dia 11 de junho de 2010, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Mello *et al.*, 2010).

7.4 INFRAESTRUTURA, PRODUTOS E SERVIÇOS NO ALTO PARAOPEBA A PARTIR DA FORMAÇÃO DO CODAP

Esta seção abordará os eventos a partir da formação do CODAP nos municípios, que podem ser classificados em: diagnósticos, programas, criação de infraestruturas e pesquisa e desenvolvimento.

7.4.1 Diagnóstico Rural Georreferenciado

Esse trabalho identificou a situação das zonas rurais dos municípios

pertencentes ao Consórcio e obteve as principais informações socioeconômicas. A Fundação Arthur Bernardes foi a entidade responsável por realizar o trabalho que foi confeccionado a partir de dados do Sistema de Informação Georreferenciada e por entrevistas com moradores. Assim foi possível mapear todas as zonas rurais e verificar os principais problemas existentes. As estradas e estabelecimentos foram identificados em formato digital – GPS. Além disso, esse projeto objetivou contribuir com o turismo rural de base familiar, que foram divididos em temas: cultura de cana-de-açúcar e seus diversos fins; bovinocultura de leite; desenvolvimento de projetos na área florestal; projetos ambientais com foco no tratamento de resíduos; e projetos em horticultura (Vargas, 2012).

7.4.2 Agenda 21

Esse documento foi lançado no ano de 2009 no Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Congonhas-MG:

O documento, síntese de duas dezenas de conferências municipais acontecidas nos anos 2005 e 2006, é resultado da mobilização dos órgãos públicos e da cadeia produtiva da mineração e da siderurgia da cidade, que se reuniram para elaborar uma lista com 18 objetivos, prévia da Agenda 21 Mineral de Congonhas.

Durante três anos o poder público e os empreendedores da mineração e da siderurgia se reuniram em um grupo de trabalho que discutiu os investimentos atuais e traçou os objetivos baseados em um cenário de futuro. A adoção do documento de Congonhas foi um consenso entre os prefeitos das cidades do CODAP. A Agenda 21 Regional tem como base esse cenário comum às cidades e deve trazer propostas para que o desenvolvimento seja sustentável, com reflexos positivos duradouros para além do período de altos investimentos (Vargas, 2012, p. 143).

7.4.3 Fiscalização Tributária

Foi criado um sistema de gestão tributária de maneira que impedisse a evasão de impostos, e isso foi feito através da unificação de procedimentos de arrecadação e fiscalização municipal. O trabalho de consultoria para essa finalidade está relacionado a fiscalização do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e a verificação do Valor Adicionado Fiscal (VAF) (Vargas, 2012).

7.4.4 Plano de Desenvolvimento Regional

Esse documento, como foi citado anteriormente, é o mais relevante para a implantação do CODAP, no qual o CEDEPLAR/UFMG realizou um amplo trabalho de diagnóstico da região e traçou metas para os anos futuros. Isso ajudou os poderes locais a se organizarem em rede para darem conta de suprir as novas demandas que surgiriam. Além disso, a presença do governo do estado por meio da SEDRU mostrou uma verticalidade nesse processo, uma vez que embora a iniciativa do consorciamento seja algo criado na região, no momento em que os aportes financeiros foram feitos, o governo do estado liderou o processo com a confecção desse plano, assembleias e demais eventos realizados durante esse período.

7.4.5 Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT)

É um programa criado pelo governo federal para apoiar projetos de investimentos destinados à melhoria da eficiência e transparência da gestão municipal, através de mecanismos voltados para o aumento das receitas e da redução do custo dos serviços. O CODAP apresentou projeto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – (BNDES) instituição federal responsável pela condução do programa, visando à participação no programa (Vargas, 2012).

7.4.6 Centro Regional de Referência Agropecuária

É um projeto que objetivou criar condições para realização de negócios voltados para a agricultura familiar na região, de forma a conceder apoio, treinamento, assistência e insumos básicos para os produtores (Vargas, 2012).

7.4.7 Defesa civil do Alto Paraopeba

Esse órgão tem o objetivo de apoiar os municípios e faz sentido ter a Defesa Civil no Alto Paraopeba, uma vez que o relevo, clima, características geográficas são muito parecidos para todos.

Entre as atribuições da Defesa Civil do Alto Paraopeba estão a realização de estudos de ameaças (levantamento de áreas e situações de risco); conscientização da população sobre a gravidade dos desastres e procedimentos preventivos; apontamento de vulnerabilidades; mobilização e treinamento de voluntários; estabelecimento e divulgação de alertas e alarmes; socorro, assistência e apoio à reconstrução; análise de danos e confecção de documentações relacionadas à situação de emergência e estado de calamidade pública (Vargas, 2012, p. 142).

Além disso, ter esse órgão é fundamental para o recebimento de recursos federais em caso de acidentes e desastres naturais.

7.4.8 Consórcio Público Intermunicipal de Tratamento de Resíduos – ECOTRES

O ECOTRES é um consórcio com o objetivo de dar destinação adequada aos resíduos sólidos dos municípios de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco¹. Existe um aterro sanitário localizado no município de Conselheiro Lafaiete onde é feito o descarte dos resíduos. Apesar do ECOTRES juridicamente ser outro consórcio, ele não concorre com o CODAP, funcionando inclusive na sede do mesmo, em Conselheiro Lafaiete-MG.

7.4.9 Campus Avançado da Universidade Federal de São João del Rei

As discussões sobre a criação de um Campus Avançado da UFSJ iniciaram-se no ano de 2005 com as prefeituras de Ouro Branco, Congonhas e região com o intermédio do CODAP.

O Consórcio articulou, ainda, o apoio da Gerdau Açominas que cedeu, em comodato à UFSJ, o prédio onde anteriormente funcionava o Escritório Central da Açominas. A proposta do CODAP foi implantar cursos de engenharia instalados que estimulassem novas vocações econômicas devido à excessiva dependência econômica da região em relação à mineração e à siderurgia (VARGAS, 2012, p. 142).

¹ Informação obtida em no site do ECOTRES: <https://www.ecotres.com.br/>

Portanto, o Campus Avançado da UFSJ foi instalado em Ouro Branco e possui os seguintes cursos de Engenharia: Civil, Bioprocessos, Telecomunicações, Mecatrônica e Química.²

A instalação desse Campus em Ouro Branco evidencia uma certa relevância do município na região do Alto Paraopeba. A esse evento, soma-se a busca por imóveis, transportes, um maior fluxo de estudantes, funcionários, serviços de pensionato, alimentação e tudo o que envolve a dinâmica de uma Universidade em uma cidade.

Figura 23 - Campus avançado da UFSJ em Ouro Branco-MG



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Essas são as infraestruturas, produtos e serviços criadas a partir da consolidação do CODAP na região. Nesse contexto de suntuosos investimentos no setor industrial, sobretudo de base, o Brasil passa a se consolidar como um exportador de *commodities* e para isso, se estruturou de modo a atender crescentes demandas. O CODAP é criado a partir dessas demandas e é importante frisar que apesar da iniciativa da criação do consórcio ter sido de alguns municípios, sobretudo Congonhas, o estado de Minas Gerais teve um papel relevante, pois através da SEDRU que o consórcio foi planejado. É um momento em que o estado promove essa

² Informação extraída de: <https://www.ufsj.edu.br/cap/cursos.php>. Acesso em 05/06/2023.

base e na prática organiza o espaço regional do CODAP a fim de servir de base para a produção. Assim embora a criação do Consórcio tenha ocorrido a partir da iniciativa dos municípios, o Projeto de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba liderado pela SEDRU se impôs as demandas regionais que poderiam surgir a partir dessa tentativa de integração.

7.5 O CODAP NA VISÃO DA PREFEITURA DE OURO BRANCO – MG

Foi realizada uma entrevista na Prefeitura de Ouro Branco-MG no qual o Vice-Prefeito Celso Vaz contribuiu para a pesquisa, respondendo aos questionamentos sobre a participação de Ouro Branco no CODAP. A entrevista foi dividida em quatro tópicos: Qual a relevância do CODAP? Quais eventos têm ocorrido atualmente? O CODAP contribui para uma integração regional? Quais perspectivas futuras para a região?

Foi afirmado que o CODAP contribui muito no que diz respeito aos serviços prestados aos municípios, como a Certificação de Produtor Rural³, visando um fortalecimento da agricultura familiar, Programa de iluminação pública⁴, devido à dificuldade de alguns municípios do Alto Paraopeba apresentam em gerir seus parques de iluminação pública. O CODAP também formou a Comissão Tripartite de Rodovia Concedida (C.T.R.C.)⁵, que atua junto a ANTT, para as demandas de obras de infraestrutura na rodovia BR 040, que corta vários municípios do CODAP sendo a principal ligação de Minas ao estado do Rio de Janeiro.

As prefeituras dos municípios pertencentes ao CODAP buscam um associativismo, uma vez que de maneira isolada, os municípios têm mais dificuldades em resolver suas demandas, e o consórcio por ser uma instituição de direito público, pode realizar licitações, contratar funcionários, trazendo uma agilidade e custos mais baixos aos associados. São realizadas reuniões do CODAP mensalmente e que dali são deliberadas as decisões. Havendo necessidade, reuniões extraordinárias são marcadas.

³ Disponível em: “<https://www.ourobranco.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/codap-servico-municipal-de-inspecao-de-produtos-de-origem-animal/172565>”

⁴ Retirado do site do CODAP: <https://www.altoparaopeba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/programa-de-iluminacao-publica/6606>

⁵ Notícia disponível em: “<https://correiodeminas.com.br/2023/01/20/codap-integra-comissao-comissao-tripartite-de-rodovia-concedida-ctrc-da-antt-em-defesa-da-br-040/>”

Figura 24 - Curral Regional do CODAP em Ouro Branco-MG



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Ouro Branco, embora não possua atividade mineradora em seu território, depende dessa atividade. Isso ocorre devido a siderurgia, que emprega mais de 40% da população e representa 60% do PIB (IBGE, 2020), e necessita das matérias primas oriundas da mineração. Assim, Ouro Branco, como os demais municípios do Alto Paraopeba estão diretamente ligados à atividade mineradora, tendo impactos de ordem econômica e social dessa atividade.

Assim, novas perspectivas precisam ser adotadas uma vez que a atividade mineradora entrará em decadência nas próximas décadas. Foi citado o caso do município de Itabira-MG, no qual algumas jazidas de minério de ferro já se esgotaram. As prefeituras estudam novas formas de dinamizar as economias locais pensando para além dessa atividade. O turismo rural, agricultura familiar, economias construtivas, polos de inovação e centros universitários são formas de repensar o Alto Paraopeba, segundo o Vice-Prefeito.

Embora o discurso seja em um tom otimista, nos últimos anos, os espaços dos municípios do CODAP foram planejados, conforme já mencionado em capítulos anteriores, para servirem de aporte a produção industrial. Ou seja, atualmente, a indústria ocupa uma participação relevante no PIB, geração de empregos, gerando

assim uma dependência econômica da indústria de base. No momento de expansão dessas empresas, a SEDRU, e todo o planejamento feito, foi com base no crescimento das cidades a partir do setor industrial. Portanto, o problema da decadência da mineração e tudo o que se desdobrar desse evento, é um problema que não diz respeito somente aos municípios, mas a todo o Estado, que realizou grandes interferências no sentido de organizar o espaço do Alto Paraopeba para uma atividade que é finita.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, destaca-se inicialmente os estudos sobre a produção do espaço urbano em uma cidade empresa. Também foi pesquisado acerca do papel do setor industrial no Alto Paraopeba, em maior proporção nos municípios de Ouro Branco, Congonhas e Conselheiro Lafaiete.

O estudo das cidades é um campo importante uma vez que com a urbanização, a maior parte da população mundial reside nas áreas urbanas. No Brasil, a industrialização fez com que houvesse um êxodo rural, no qual milhares de pessoas dirigiram-se para o trabalho nas cidades. Nos últimos anos, parte da pesquisa geográfica tem se deslocado para o estudo das médias e pequenas cidades uma vez que são as cidades médias que possuem os maiores ritmos de crescimento populacional.

A implantação de uma siderúrgica de grande porte em uma área do interior de Minas bem como o planejamento e a construção de bairros marcaram um último capítulo de um modelo de produção de cunho fordista, no qual o Estado, a empresa e a cidade estavam atreladas. Com o fim desse modelo, o Estado retira sua participação ativa na produção e a iniciativa privada ganha espaço nesse processo, transformando o espaço e a economia.

Um dos eixos da pesquisa se ateve a demonstrar como a Açominas foi responsável por produzir o espaço urbano em Ouro Branco, através do PDU confeccionado na época da implantação da Açominas. Esse modelo, de molde racionalista deu origem a uma cidade fragmentada em ilhas, no qual cada bairro era ocupado por pessoas de uma mesma faixa salarial. O centro antigo não foi integrado aos bairros de forma a acentuar essa fragmentação.

Outro ponto abordado no trabalho foi o de como Ouro Branco pode ser caracterizada como uma cidade empresa, uma vez que foi criada segundo um molde fordista no qual a fábrica possuía relações intrínsecas com a cidade, influenciando nas várias esferas da vida.

Foi feita uma discussão acerca do papel do setor industrial na região do Alto Paraopeba, com a produção de mapas acerca do tema. Além disso, a criação do CODAP foi uma tentativa de integração entre os municípios do Alto Paraopeba, constituído em um contexto de crescimento econômico do país, em que a indústria de base correspondia a uma parcela significativa dos investimentos realizados. O

CODAP possibilitou uma articulação maior entre os municípios impactados pelo setor industrial, criando infraestruturas na região, *campus* universitários, possibilitando melhorias nas vias de transporte e gestão dos municípios. Atualmente, é fato que a atividade mineradora está em vias de entrar em declínio na região e um desafio colocado é pensar novas atividades econômicas para os municípios.

Assim, essa pesquisa foi um esforço de entender como se dá as relações entre a cidade, o urbano e a atividade siderúrgica em Ouro Branco-MG.

9 REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. ABREU, F. **Os eixos de desenvolvimento em Minas Gerais e suas tecnópolis.**

AMORIM FILHO, O. B.; BUENO, M. E. T.; ABREU, J. F. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio- educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 12, n. 23/24, p. 33-46, 1982.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 13, p, 7-18, 2007.

BATISTA, Bathyelly Juncal Alves. **Formação Urbano-Regional Estrutura Produtiva da Região do Alto Paraopeba : Um Estudo de Caso dos Municípios de Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco.** Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território) - Universidade Federal de São João del-Rei, 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20/04/2023.

BRASIL. **Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.** Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm. Acesso em: 20/04/2023

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** Editora Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. **A cidade como negócio.** São Paulo: Contexto, 2018.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.15-48.

COSTA, H. S. M; COSTA, G. M. Ouro Branco/Açominas: Um último capítulo da história da produção do espaço para a indústria? **Revista Geonomos**, v. 6, n. 2, p. 65 – 72. 1998.

COSTA, H. S. M; MONTE-MÓR, R. L. M. Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho. *In*: Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR, 1995,

Brasília, **Anais** [...]. Brasília: ANPUR, 1995, p. 420-430.

COSTA, G. M.; FLORES, C. E. Urbanização, Mudanças Populacionais, Socioespaciais e da Composição do Emprego em Áreas Economicamente Dinâmicas: O caso da área de influência da Açominas-Minas Gerais. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, Diamantina, **Anais** [...]. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2004. p. 1-13.

MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. Gerais. **As condições estruturantes da siderurgia mineira: recursos naturais, Estado e elite instruída**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas, Minas Gerais, 2010.

MELLO, F. F., FERREIRA, G. G., LEITE, I. M. P., **Projeto, Planejamento e Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba**. Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Minas Gerais: Diário do Executivo. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2387>. Acesso em: 05/04/2023.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. **AÇOMINAS: aspiração de várias gerações de mineiros**. Belo Horizonte: Açominas, 1985.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

GRECO, A. M. F.; COUTINHO, C. S. Açominas: um exemplo polêmico de privatização. In: X Seminário sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina. **Anais** [...]. Diamantina: CEDEPLAR - UFMG, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2010.

MAIA, P. H. M. M.; VIEIRA, N. M. **Análise espacial da indústria siderúrgica mineira: sua importância em um contexto regional**. Seminário de Economia Mineira, p. 564, 2014.

MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria?. **Terra Livre**, Presidente Prudente, v. 2, n. 29, p. 133 – 142. 2007.

MONTE-MÓR, R. L. M. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 93-114.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 09-18, 2006.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. *et al.* (orgs.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Jorge Zahar Editor, 1998.

PEREIRA, Ana Clara de Souza. **Conselheiro Lafaiete, MG: cidade média em consolidação**. Um estudo sobre o espaço intraurbano no período 1970-2018. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

RIBEIRO, Hilton Manoel Dias. **Instituições e desenvolvimento regional: o caso do CODAP-MG como modelo de gestão pública**. Monografia (especialização em Gestão Pública) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

RIBEIRO, Hilton Manoel Dias; DOTTO, Dalva Maria Righi. O consórcio público para desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap/MG) e os reflexos da gestão pública integrada. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 20, n. 1, p. 88-107, 2015.

RIBEIRO, H. M. D.; DOTTO, D. M. R. O Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP/MG) e os reflexos da gestão pública integrada. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 1, p. 88-107, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, L. A. **Produção rígida, acumulação flexível: Comandos globais e processos urbano-regionais ligados aos circuitos mínero-siderúrgicos do Alto Paraopeba, Minas Gerais**. 2015. (Tese de Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltão. **Para pensar as pequenas e as médias cidades brasileiras**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2009.

VARGAS, Guilherme Pereira de. **Os consórcios públicos no planejamento e gestão regionalizada do território brasileiro: as experiências mineiras do COM10 e CODAP**. 2012. (Dissertação de Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VIANNA, Bruna Hamacek. **Segregação socioespacial nas cidades siderúrgicas: Ouro Branco/MG**. 2018. (Dissertação de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.